



PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Gilberto Kassab

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

Mauro Ricardo Machado Costa

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO MUNICIPAL

Rogério Ceron de Oliveira

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTADORIA

Simone Nishida Pereira

DIRETORA DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Rosângela de Jesus Barros



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DO TESOURO MUNICIPAL  
DEPARTAMENTO DE CONTADORIA**

## **BALANÇO GERAL DE 2011**

**“A Administração Pública tem o dever de prestar contas de sua gestão à Sociedade”**

Apresentamos à Sociedade o BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2011 em linguagem simples e objetiva, visando à transparência dos atos e fatos praticados pela Administração Direta e Indireta, por meio da divulgação das demonstrações contábeis orçamentárias, financeiras e patrimoniais, que compõem a prestação de contas e obedecem às condições, metodologias e regras consubstanciadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade Pública.

Este balanço evidencia o cumprimento das metas de resultados entre receitas e despesas, com observância ao que determina a legislação pertinente, em especial a Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública, a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, e ainda a Lei Municipal nº. 15.251, de 29 de julho de 2010, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011, Lei Municipal nº. 15.356, de 28 de dezembro de 2010, que estima a receita e fixa as despesas para o exercício de 2011 e Lei nº. 15.090, de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010-2013.



## RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL DE 2011

Este relatório tem como objetivo oferecer subsídios essenciais à análise e verificação do perfil financeiro e patrimonial desta gestão da Prefeitura, de suas fontes e destinação de recursos, bem como de seus resultados.

Assim, apresentamos os demonstrativos contábeis da Lei nº. 4.320/64 e os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecidos por meio da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº. 249, de 30 de abril de 2010, conforme segue:

- Balço Orçamentário
- Balço Financeiro
- Balço Econômico
- Balço Patrimonial
- Superávit Financeiro
- Resultado Primário
- Resultado Nominal
- Receita Corrente Líquida
- Despesa com Pessoal
- Demonstrativo dos Fundos Municipais
- Demonstrativo de Aplicação de Recursos na Educação
- Demonstrativo de Aplicação de Recursos na Saúde

Os referidos demonstrativos foram elaborados de maneira consolidada, refletindo a unificação orçamentária disposta no Orçamento Programa para o exercício financeiro de 2011.

### PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

1. A execução do orçamento do exercício de 2011 foi realizada em consonância aos dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:
  - ☒ Normas e Princípios de Contabilidade Pública.
  - ☒ Lei Federal nº. 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro.
  - ☒ Lei Orgânica do Município de São Paulo, que dispõe sobre a Constituição Municipal.
  - ☒ Lei Complementar nº. 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
  - ☒ Lei Municipal nº. 15.251/10, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração do orçamento do exercício de 2011.
  - ☒ Lei Municipal nº. 15.356/10, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2011.



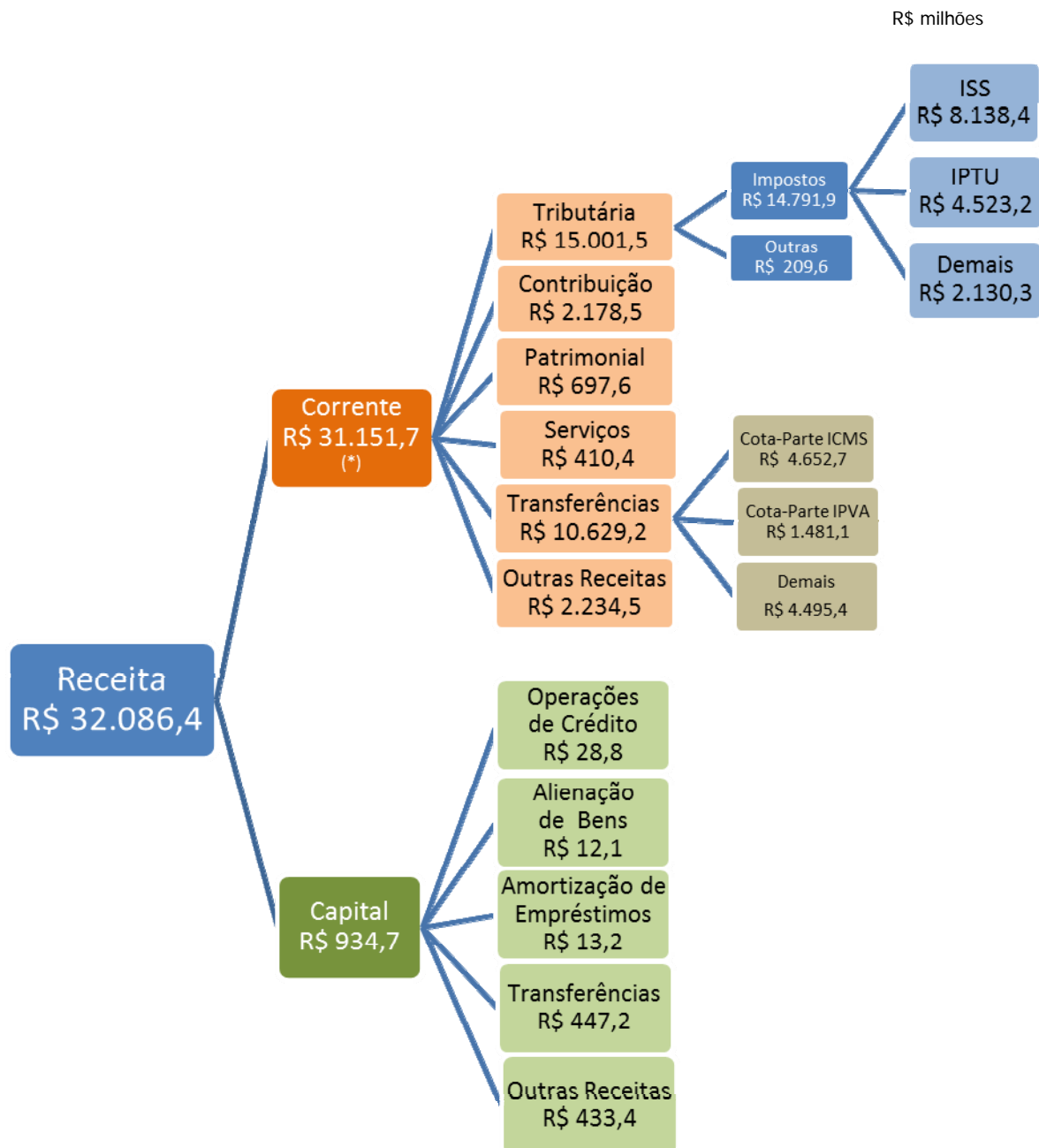
- ✕ Lei nº. 15.090/09, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010-2013.
  - ✕ Decreto Municipal nº. 52.087/11, que fixa normas para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2011 e alterações.
  - ✕ Portaria MPS nº. 916/03 e alterações, que dispõem sobre o Regime Próprio da Previdência.
  - ✕ Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/01 e alterações, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.
  - ✕ Portaria Conjunta STN/SOF nº 4, de 30 de novembro de 2010, que edita a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 3ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, e dá outras providências.
2. As receitas foram registradas obedecendo ao preceito do Regime de Caixa, ou seja, reconhecidas no momento de sua efetiva entrada no Erário Municipal.
  3. As despesas foram registradas obedecendo ao preceito do Regime de Competência, ou seja, apropriadas ao período da ocorrência dos fatos.
  4. Os bens patrimoniais imóveis foram reavaliados com base no índice do IPC - FIPE, o qual apurou o percentual inflacionário de 5,81% a.a. conforme Resumo do Relatório dos Bens Patrimoniais Imóveis, elaborado pelo Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.
  5. Os bens de almoxarifado foram avaliados pelo preço médio ponderado do estoque.
  6. Os bens patrimoniais móveis foram incorporados ao patrimônio pelo custo de aquisição, sem atualização monetária, exceção feita pelo Instituto de Previdência do Município de São Paulo.
  7. A dívida fundada foi atualizada monetariamente na seguinte conformidade:
    - ✓ dívida contratada interna, com base no dólar americano para o contrato Lei Federal nº. 12.671/98, e demais contratos nos índices econômicos e financeiros: UPR, TR, IGP-M, IGP-DI, URTJLP (BNDES), TJLP e SELIC.
    - ✓ dívida contratada externa, pela variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR.



## 1 - DIAGRAMA DA RECEITA E DA DESPESA

A execuão orçamentária do exercício de 2011 considera as Receitas Arrecadadas e as Despesas Empenhadas de todos os órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo, incluindo Administração Direta, Autarquias e Fundações<sup>1</sup>.

### 1.1- DIAGRAMA DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA<sup>2</sup> EM 2011



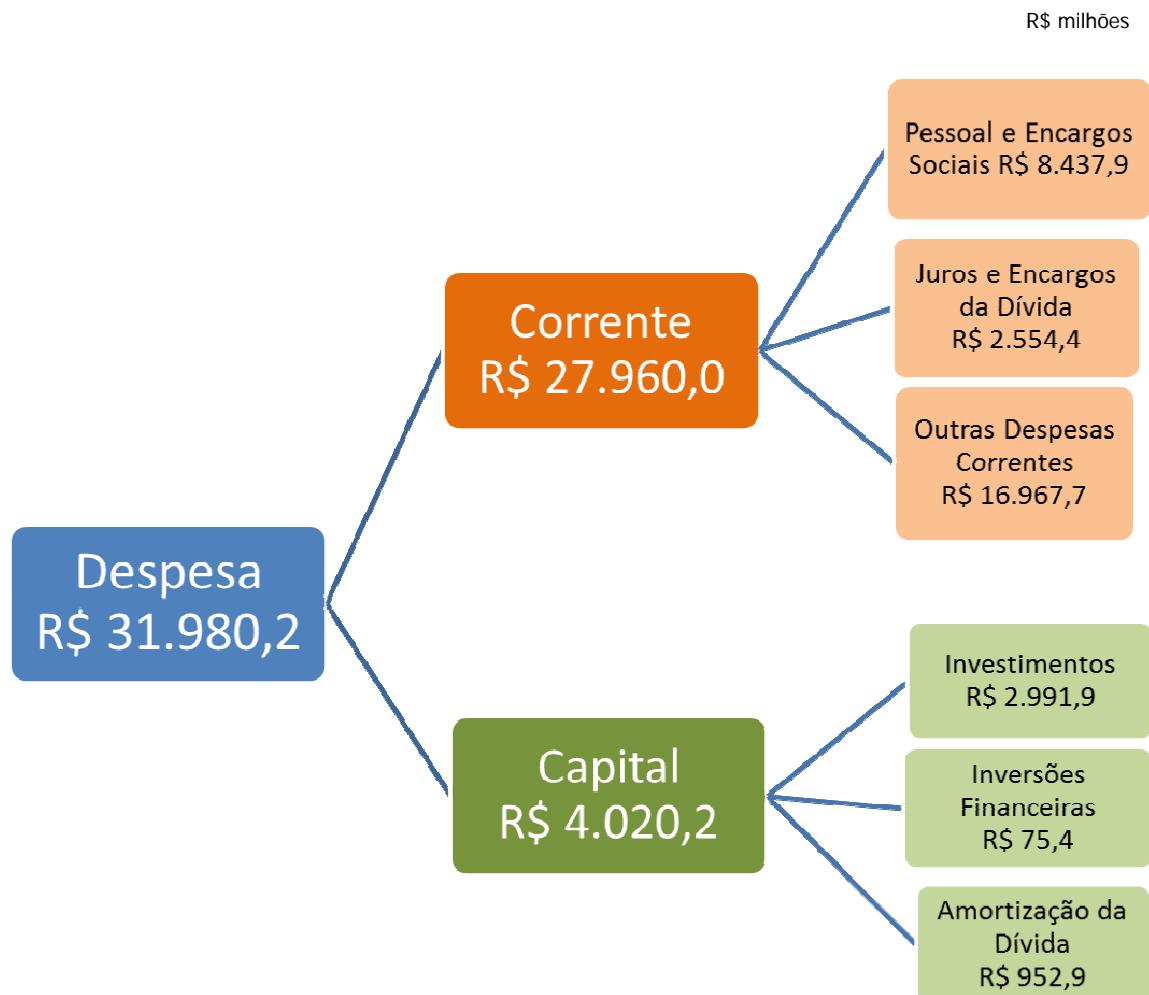
(\*) Deduzida às receitas do Grupo 9000 no montante de R\$ 1.620,3 milhão.

<sup>1</sup> Não foi incluso os dados da Empresa Dependente, em decorrência das dificuldades encontradas pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo quanto à adaptação da contabilidade societária para a pública.

<sup>2</sup> Inclui as Receitas Intra-orçamentárias.



1.2- DIAGRAMA DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA<sup>3</sup> EM 2011



<sup>3</sup> Inclui as Despesas Intra-orçamentárias.



## 2 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balço Orçamentário, de que trata o artigo 102 da Lei Federal n.º 4.320/64, tem por finalidade demonstrar a receita prevista e a despesa autorizada em confronto com as realizadas.

O Orçamento Programa Consolidado da Administração do Município de São Paulo, para o exercício de 2011, instituído por meio da Lei Municipal n.º. 15.356, de 28 de dezembro de 2010, estimou a receita no montante de R\$ 35.622.810.875,00, sendo R\$ 33.260.394.607,00 para a Administração Direta e R\$ 2.362.416.268,00 para a Administração Indireta, e fixou a despesa no montante de R\$ 35.622.810.875,00, sendo R\$ 31.381.931.680,00 para a Administração Direta e R\$ 4.240.879.195,00 para a Administração Indireta.

### 2.1 – RECEITA

#### 2.1.1 - Do comportamento da Receita

##### 2.1.1.1 - Receitas por categoria econômica e fonte – Consolidado

A realização da receita orçamentária atingiu no exercício o montante de R\$ 32.086.362.683,25, conforme quadro e gráfico a seguir:

RECEITAS*	ORÇADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (II - I)	% (II / I)	% REALIZADA S/ TOTAL
<b>CORRENTE</b>	<b>30.522.132.812,00</b>	<b>29.961.734.020,68</b>	<b>(560.398.791,32)</b>	<b>98,16%</b>	<b>93,38%</b>
Tributária	14.711.435.032,00	15.001.473.201,05	290.038.169,05	101,97%	46,75%
Contribuições	948.312.333,00	988.862.828,06	40.550.495,06	104,28%	3,08%
Patrimonial	821.519.864,00	697.328.539,93	(124.191.324,07)	84,88%	2,17%
Serviços	356.235.251,00	410.392.331,15	54.157.080,15	115,20%	1,28%
Transferências Correntes	11.419.463.960,00	10.629.236.954,76	(790.227.005,24)	93,08%	33,13%
Outras Receitas Correntes	2.265.166.372,00	2.234.440.165,73	(30.726.206,27)	98,64%	6,96%
<b>INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.233.993.346,00</b>	<b>1.189.938.351,16</b>	<b>(44.054.994,84)</b>	<b>96,43%</b>	<b>3,71%</b>
Receitas Correntes Intra	1.220.993.346,00	1.189.938.351,16	(31.054.994,84)	97,46%	3,71%
Receitas de Capital Intra	13.000.000,00	0,00	(13.000.000,00)	00,00%	0,00%
<b>CAPITAL</b>	<b>3.866.684.717,00</b>	<b>934.690.311,41</b>	<b>(2.931.994.405,59)</b>	<b>24,17%</b>	<b>2,91%</b>
Operações de Crédito	107.300.081,00	28.771.679,51	(78.528.401,49)	26,81%	0,09%
Amortização de Empréstimos	16.725.771,00	13.260.247,42	(3.465.523,58)	79,28%	0,04%
Alienação de Bens	599.199.900,00	12.096.043,21	(587.103.856,79)	02,02%	0,04%
Transferência de Capital	1.466.621.136,00	447.192.434,87	(1.019.428.701,13)	30,49%	1,39%
Outras Receitas de Capital	1.676.837.829,00	433.369.906,40	(1.243.467.922,60)	25,84%	1,35%
<b>TOTAL</b>	<b>35.622.810.875,00</b>	<b>32.086.362.683,25</b>	<b>(3.536.448.191,75)</b>	<b>90,07%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Balço Mensal de Realização da Receita Orçamentária do Sistema SOF.

\*Deduzido o Grupo 9000.

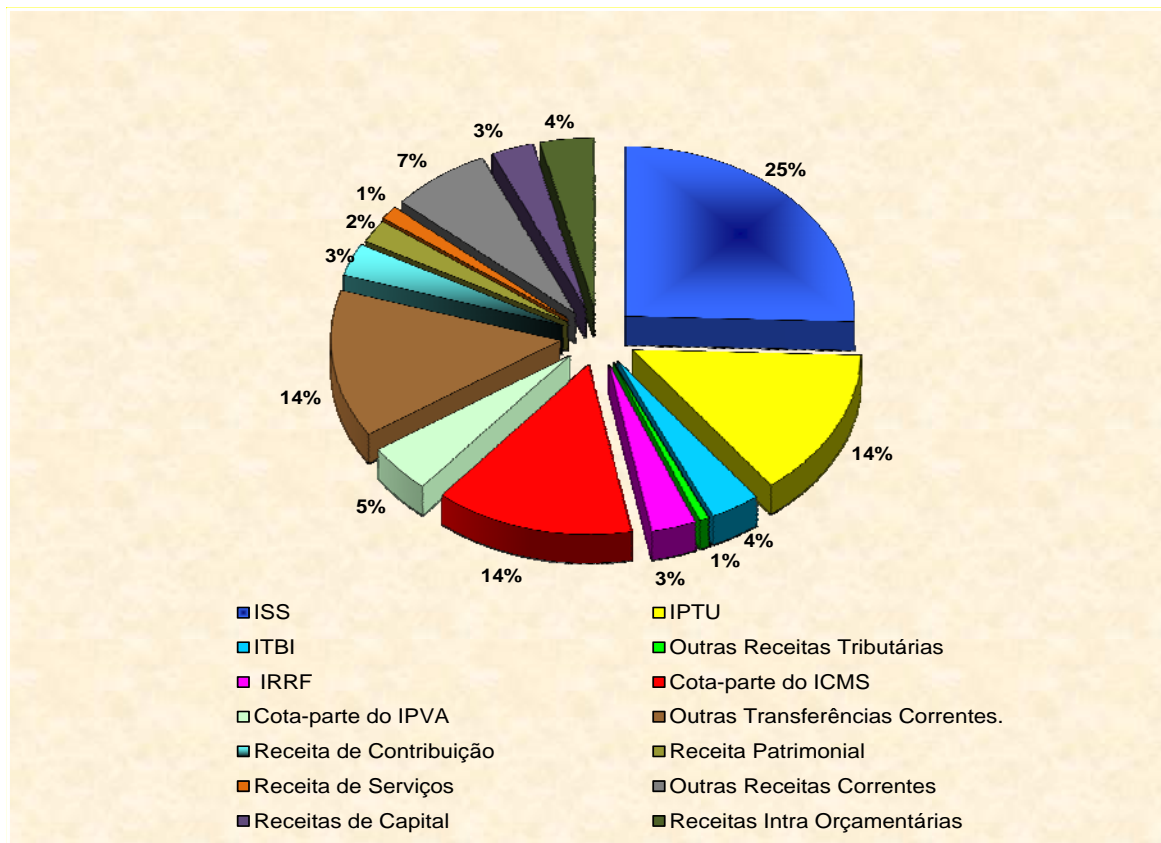


### 2.1.1.2 - Principais receitas – Consolidado

RECEITAS*	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇA	%	% REALIZADA
	(I)	(II)	III = (II - I)	(II / I)	S/ TOTAL
<b>CORRENTES</b>	<b>30.522.132.812,00</b>	<b>29.961.734.020,68</b>	<b>(560.398.791,32)</b>	<b>98,16%</b>	<b>93,38%</b>
ISS	7.863.728.453,00	8.138.392.276,45	274.663.823,45	103,49%	25,36%
Cota-parte do ICMS	4.748.973.334,00	4.652.721.838,54	(96.251.495,46)	97,97%	14,50%
IPTU	4.542.689.052,00	4.523.144.732,08	(19.544.319,92)	99,57%	14,10%
Outras transferências correntes	5.149.732.498,00	4.495.371.719,59	(654.360.778,41)	87,29%	14,01%
Outras receitas correntes	2.265.166.372,00	2.234.440.165,73	(30.726.206,27)	98,64%	6,96%
Cota-parte do IPVA	1.520.758.128,00	1.481.143.396,63	(39.614.731,37)	97,40%	4,62%
IRRF	975.933.744,00	1.005.270.651,66	29.336.907,66	103,01%	3,13%
Receita de Contribuição	948.312.333,00	988.862.828,06	40.550.495,06	104,28%	3,08%
Receita Patrimonial	821.519.864,00	697.328.539,93	(124.191.324,07)	84,88%	2,17%
ITBI	1.076.608.058,00	1.125.043.002,48	48.434.944,48	104,50%	3,51%
Receita de Serviços	356.235.251,00	410.392.331,15	54.157.080,15	115,20%	1,28%
Outras Receitas Tributárias	252.475.725,00	209.622.538,38	(42.853.186,62)	83,03%	,65%
<b>INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.233.993.346,00</b>	<b>1.189.938.351,16</b>	<b>(44.054.994,84)</b>	<b>96,43%</b>	<b>3,71%</b>
Receitas Intra Orçamentárias	1.233.993.346,00	1.189.938.351,16	(44.054.994,84)	96,43%	3,71%
<b>CAPITAL</b>	<b>3.866.684.717,00</b>	<b>934.690.311,41</b>	<b>(2.931.994.405,59)</b>	<b>24,17%</b>	<b>2,91%</b>
Receitas de Capital	3.866.684.717,00	934.690.311,41	(2.931.994.405,59)	24,17%	2,91%
<b>TOTAL</b>	<b>35.622.810.875,00</b>	<b>32.086.362.683,25</b>	<b>(3.536.448.191,75)</b>	<b>90,07%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Balço Mensal de Realização da Receita Orçamentária do Sistema SOF.  
\*Deduzido Grupo 9000.

Gráfico das Principais Receitas:







Prefeitura do Município de São Paulo  
Balço Geral de 2011

2.1.1.3 – Comparativo das Receitas Realizadas entre 2010 e 2011 – Consolidado

RECEITAS	REALIZADA 2010	REALIZADA 2011	VARIACÃO NOMINAL		% VARIACÃO
			R\$	%	REAL *
<b>CORRENTES</b>	<b>26.207.168.549,75</b>	<b>29.961.734.020,68</b>	<b>3.754.565.470,93</b>	<b>14,33</b>	<b>7,77</b>
ISS	7.053.317.982,50	8.138.392.276,45	1.085.074.293,95	15,38	8,77
Cota-parte do ICMS	4.272.593.967,03	4.652.721.838,54	380.127.871,51	8,90	2,66
Outras transferências correntes	4.185.833.420,70	4.495.371.719,59	309.538.298,89	7,39	1,24
IPTU	4.049.113.821,71	4.523.144.732,08	474.030.910,37	11,71	5,30
Outras receitas correntes	1.637.214.143,69	2.234.440.165,73	597.226.022,04	36,48	28,66
Cota-parte do IPVA	1.394.668.764,60	1.481.143.396,63	86.474.632,03	6,20	0,11
IRRF	858.465.469,09	1.005.270.651,66	146.805.182,57	17,10	10,39
Receita de Contribuio	842.334.365,57	988.862.828,06	146.528.462,49	17,40	10,67
ITBI	948.638.537,95	1.125.043.002,48	176.404.464,53	18,60	11,80
Receita Patrimonial	439.605.656,27	697.328.539,93	257.722.883,66	58,63	49,53
Receita de Serviços	339.892.015,85	410.392.331,15	70.500.315,30	20,74	13,82
Outras receitas tributrias	185.490.404,79	209.622.538,38	24.132.133,59	13,01	6,53
<b>INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.028.999.751,35</b>	<b>1.189.938.351,16</b>	<b>160.938.599,81</b>	<b>15,64</b>	<b>9,01</b>
Receitas Intra-Orçamentárias	1.028.999.751,35	1.189.938.351,16	160.938.599,81	15,64	9,01
<b>CAPITAL</b>	<b>2.747.793.029,98</b>	<b>934.690.311,41</b>	<b>-1.813.102.718,57</b>	<b>(65,98)</b>	<b>(67,93)</b>
Outras Receitas de Capital	1.640.248.131,23	433.369.906,40	-1.206.878.224,83	(73,58)	(75,09)
Transferncias de Capital	348.682.177,17	447.192.434,87	98.510.257,70	28,25	20,90
Operaes de Crdito	19.786.062,73	28.771.679,51	8.985.616,78	45,41	37,08
Amortizao de Emprstimos	11.822.528,48	13.260.247,42	1.437.718,94	12,16	5,73
Alienao de Bens	727.254.130,37	12.096.043,21	-715.158.087,16	(98,34)	(98,43)
<b>TOTAL</b>	<b>29.983.961.331,08</b>	<b>32.086.362.683,25</b>	<b>2.102.401.352,17</b>	<b>7,01</b>	<b>0,88</b>

\* Variao real da receita obtida considerando-se a inflao de 2010 para 2011 - IPCA de 6,08%.

2.2 – DESPESA

2.2.1 – Das atualizaes da Dotao Inicial

Foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 315.962.617,88 utilizando-se de parte do "Superávit Financeiro" apurado no Balço Patrimonial do Exercício de 2010.

Esses créditos adicionais atualizaram a despesa de R\$ 35.622.810.875,00 para R\$ 35.938.773.492,88, sendo que deste montante refere-se à Administrao Direta<sup>4</sup> o valor de R\$ 25.157.734.384,40 e à Administrao Indireta o valor de R\$ 4.097.567.481,15.

2.2.2 - Da execuo orçamentária

A execuo orçamentária da despesa foi de R\$ 31.980.228.548,673 no Consolidado, sendo R\$ 27.617.670.037,17 na Administrao Direta e R\$ 4.362.558.511,50 na Administrao Indireta, distribuída da seguinte forma:

	Administrao Direta	Administrao Indireta	Consolidada
Despesa Corrente	22.451.404.034,02	4.317.204.163,38	26.768.608.197,40
Despesa de Capital	3.981.006.457,34	31.134.165,40	4.012.140.622,74
Despesa Intraorçamentária	1.185.259.545,81	14.220.182,72	1.199.479.728,53
<b>Despesa Total</b>	<b>27.617.670.037,17</b>	<b>4.362.558.511,50</b>	<b>31.980.228.548,67</b>

<sup>4</sup> Incluso Poder Legislativo (TCMSP e CMSP).



### 2.2.2.1 - Despesa orçamentária por principais elementos – Administração Direta

O resultado apresentado pela Administração Direta, compreendendo o Poder Legislativo e Executivo, resultou na utilização de 88,66% dos recursos orçamentários que foram atribuídos para o atendimento de seus programas de trabalho.

A seguir, tabela e gráfico representando os principais elementos de despesas utilizados pela Administração Direta na execução orçamentária de 2011:

ELEMENTOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	% REALIZADA	
	(I)	(II)	III = (II - I)	S/AUTORIZADA IV= II/I	S/TOTAL REALIZADA
Serviços*	11.523.164.481,54	10.579.769.989,58	(943.394.491,96)	91,81%	38,31%
Pessoal e Encargos Sociais	8.167.394.718,46	7.935.701.102,64	(231.693.615,82)	97,16%	28,73%
Juros e Encargos da Dívida	2.716.612.909,78	2.554.452.969,53	(162.159.940,25)	94,03%	9,25%
Outras Despesas Correntes	1.431.861.386,85	1.361.905.742,72	(69.955.644,13)	95,11%	4,93%
Obras e Instalações	3.387.499.377,32	1.752.709.324,09	(1.634.790.053,23)	51,74%	6,35%
Outras Despesas de Capital	999.053.463,78	739.410.125,68	(259.643.338,10)	74,01%	2,68%
Amortização da Dívida	989.867.005,63	952.875.256,23	(36.991.749,40)	96,26%	3,45%
Material de Consumo	636.401.080,85	555.656.444,78	(80.744.636,07)	87,31%	2,01%
Auxílio Alimentação	536.060.738,24	535.860.716,41	(200.021,83)	99,96%	1,94%
Material de Distribuição Gratuita	400.886.590,59	366.047.609,93	(34.838.980,66)	91,31%	1,33%
Equipamentos e Mat. Permanente	218.747.834,70	150.884.645,85	(67.863.188,85)	68,98%	0,55%
Inversões Financeiras	64.803.442,62	56.089.934,62	(8.713.508,00)	86,55%	0,20%
Auxílio Transporte	76.353.165,92	76.306.175,11	(46.990,81)	99,94%	0,28%
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00	(1.000.000,00)	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>31.149.706.196,28</b>	<b>27.617.670.037,17</b>	<b>(3.532.036.159,11)</b>	<b>88,66%</b>	<b>100,00%</b>

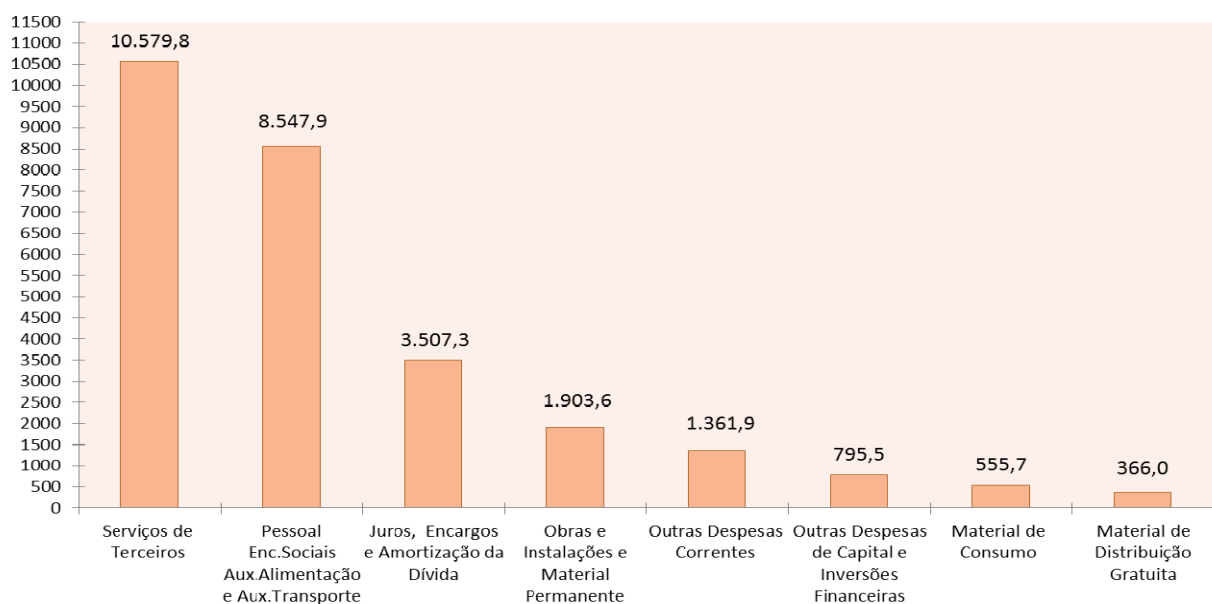
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

\* Serviços inclui: Serviços de Terceiros, Locação de Mão de Obra e Serviços de Consultoria.

A seguir apresentamos o gráfico das despesas realizadas por principais elementos:

Em R\$ milhões

**Despesa Realizada por Principais Elementos**





Prefeitura do Município de São Paulo  
Balço Geral de 2011

2.2.2.2 - Despesa Orçamentária por Funções de Governo – Consolidada\*

FUNÇÕES	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (I - II)	% REALIZADA S / AUTORIZADA	% PARTICIPAÇÃO S/ REALIZADA
Educação	7.468.566.857,28	7.033.974.633,96	434.592.223,32	94,18%	21,99%
Saúde	6.089.175.442,78	5.883.622.620,37	205.552.822,41	96,62%	18,40%
Previdência Social	4.921.838.208,41	4.799.597.419,31	122.240.789,10	97,52%	15,01%
Encargos Especiais	4.545.299.816,61	4.345.335.933,12	199.963.883,49	95,60%	13,59%
Urbanismo	4.570.217.104,49	3.121.201.268,22	1.449.015.836,27	68,29%	9,76%
Transporte	1.772.245.501,87	1.734.283.906,07	37.961.595,80	97,86%	5,42%
Habitação	1.498.764.775,63	982.339.015,59	516.425.760,04	65,54%	3,07%
Assistência Social	960.189.313,13	770.894.287,06	189.295.026,07	80,29%	2,41%
Legislativa	548.659.685,13	539.105.358,62	9.554.326,51	98,26%	1,69%
Segurança Pública	464.471.019,09	405.929.747,51	58.541.271,58	87,40%	1,27%
Administração	426.692.051,44	393.518.753,76	33.173.297,68	92,23%	1,23%
Cultura	449.397.321,32	392.481.850,72	56.915.470,60	87,34%	1,23%
Desporto e Lazer	366.710.729,23	293.524.194,91	73.186.534,32	80,04%	0,92%
Saneamento	608.650.422,33	289.480.922,50	319.169.499,83	47,56%	0,91%
Gestão Ambiental	349.837.821,54	275.326.690,46	74.511.131,08	78,70%	0,86%
Comunicações	228.840.272,52	166.938.004,59	61.902.267,93	72,95%	0,52%
Judiciário	143.889.809,82	142.291.982,71	1.597.827,11	98,89%	0,44%
Comércio e Serviços	139.840.167,05	137.624.233,47	2.215.933,58	98,42%	0,43%
Energia	123.706.080,00	116.396.506,15	7.309.573,85	94,09%	0,36%
Trabalho	162.845.859,60	86.795.101,86	76.050.757,74	53,30%	0,27%
Direitos da Cidadania	65.125.613,43	42.286.141,35	22.839.472,08	64,93%	0,13%
Relações Exteriores	18.868.006,97	14.702.689,89	4.165.317,08	77,92%	0,05%
Agricultura	13.218.503,21	12.200.509,92	1.017.993,29	92,30%	0,04%
Defesa Nacional	723.110,00	376.776,55	346.333,45	52,11%	0,00%
Reserva de Contingência	1.000.000,00	-	1.000.000,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>35.938.773.492,88</b>	<b>31.980.228.548,67</b>	<b>3.958.544.944,21</b>	<b>88,99%</b>	<b>100,00%</b>

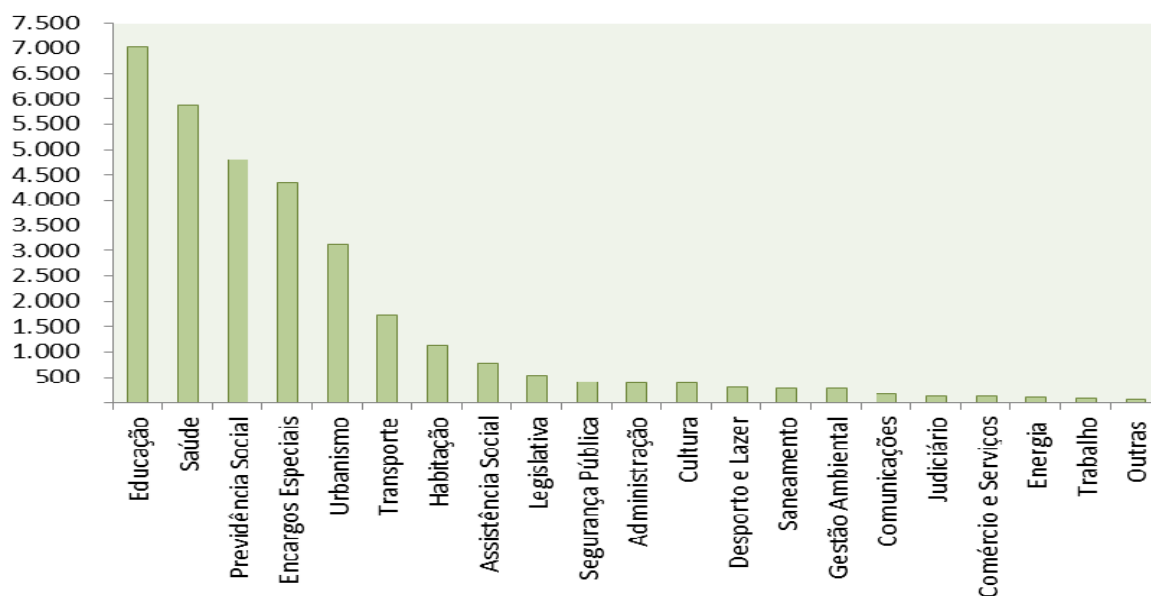
Fonte: Acompanhamento da Despesa por Função do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e Anexo II, do RREO, LRF 6ºBI/11.

\*Por ordem decrescente de realização da despesa.

A seguir, gráfico das despesas realizadas por função:

Em R\$ milhões

DESPESA POR FUNÇÃO - CONSOLIDADO 2011





### 2.2.2.3 - Despesa Orçamentária por Órgãos

#### 2.2.2.3.1 - Despesa Orçamentária por Órgãos –Administração Direta

Descrição do Órgão	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (I - II)	% REALIZADA IV = (II) / (I)	% REALIZADA S/TOTAL
09 Camara Municipal	344.003.258,70	338.582.535,32	5.420.723,38	98,42%	1,23%
10 Tribunal de Contas	204.656.426,43	200.522.823,30	4.133.603,13	97,98%	0,73%
11 Secretaria do Governo Municipal	486.731.811,76	415.992.739,48	70.739.072,28	85,47%	1,51%
12 Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	710.189.895,14	573.980.871,34	136.209.023,80	80,82%	2,08%
13 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	214.492.381,84	210.256.864,57	4.235.517,27	98,03%	0,76%
14 Secretaria Municipal de Habitação	978.611.166,60	659.461.214,90	319.149.951,70	67,39%	2,39%
16 Secretaria Municipal de Educação	7.206.575.505,00	6.826.925.274,72	379.650.230,28	94,73%	24,72%
17 Secretaria Municipal de Finanças	239.712.295,56	219.477.551,67	20.234.743,89	91,56%	0,79%
18 Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	5.054.887.694,63	4.934.761.524,93	120.126.169,70	97,62%	17,87%
19 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	278.700.793,88	214.674.641,33	64.026.152,55	77,03%	0,78%
20 Secretaria Municipal de Transportes	1.016.298.440,39	994.974.987,83	21.323.452,56	97,90%	3,60%
21 Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	150.180.209,00	148.579.300,98	1.600.908,02	98,93%	0,54%
22 Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	1.546.903.442,93	401.449.057,50	1.145.454.385,43	25,95%	1,45%
23 Secretaria Municipal de Serviços	1.320.524.551,79	1.142.190.228,88	178.334.322,91	86,50%	4,14%
24 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	301.996.025,47	242.338.362,96	59.657.662,51	80,25%	0,88%
25 Secretaria Municipal de Cultura	366.882.412,47	324.531.998,79	42.350.413,68	88,46%	1,18%
27 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	225.921.848,80	195.231.423,10	30.690.425,70	86,42%	0,71%
28 Encargos Gerais do Município	6.149.173.264,14	5.921.827.898,44	227.345.365,70	96,30%	21,44%
30 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico e do Trabalho	138.550.671,60	66.996.676,67	71.553.994,93	48,36%	0,24%
31 Secretaria Municipal de Relações Internacionais	18.868.006,97	14.702.689,89	4.165.317,08	77,92%	0,05%
32 Ouvidoria Geral do Município de São Paulo	3.290.412,47	2.753.134,57	537.277,90	83,67%	0,01%
34 Secretaria Municipal de Participação e Parceria	100.972.912,82	80.789.183,73	20.183.729,09	80,01%	0,29%
36 Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	14.052.500,97	7.220.128,30	6.832.372,67	51,38%	0,03%
37 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	139.141.253,90	79.124.949,26	60.016.304,64	56,87%	0,29%
38 Secretaria Municipal de Segurança Urbana	317.774.762,20	273.646.909,75	44.127.852,45	86,11%	0,99%
41 Subprefeitura Perus	26.532.076,52	23.216.925,71	3.315.150,81	87,51%	0,08%
42 Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	33.912.176,32	29.933.644,25	3.978.532,07	88,27%	0,11%
43 Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	31.513.092,74	26.013.600,94	5.499.491,80	82,55%	0,09%
44 Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	24.565.215,52	20.567.522,88	3.997.692,64	83,73%	0,07%
45 Subprefeitura Santana/Tucuruvi	28.466.241,70	25.078.553,55	3.387.688,15	88,10%	0,09%
46 Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	26.662.020,88	23.242.661,74	3.419.359,14	87,18%	0,08%
47 Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	31.056.866,31	27.273.261,62	3.783.604,69	87,82%	0,10%
48 Subprefeitura Lapa	31.761.132,54	28.965.936,29	2.795.196,25	91,20%	0,10%
49 Subprefeitura Sé	55.430.195,48	53.700.553,53	1.729.641,95	96,88%	0,19%
50 Subprefeitura Butantã	41.602.942,05	32.323.635,43	9.279.306,62	77,70%	0,12%



Prefeitura do Município de São Paulo  
Balço Geral de 2011

Descrição do Órgão	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (I - II)	% REALIZADA IV = (II) / (I)	% REALIZADA S/TOTAL
51 Subprefeitura Pinheiros	36.925.012,87	33.477.412,04	3.447.600,83	90,66%	0,12%
52 Subprefeitura Vila Mariana	31.919.228,63	29.667.029,73	2.252.198,90	92,94%	0,11%
53 Subprefeitura Ipiranga	32.750.472,76	29.955.670,80	2.794.801,96	91,47%	0,11%
54 Subprefeitura Santo Amaro	33.365.208,90	27.707.388,08	5.657.820,82	83,04%	0,10%
55 Subprefeitura Jabaquara	26.836.114,29	24.251.573,05	2.584.541,24	90,37%	0,09%
56 Subprefeitura Cidade Ademar	30.495.070,58	26.740.063,99	3.755.006,59	87,69%	0,10%
57 Subprefeitura Campo Limpo	49.314.526,28	38.230.142,18	11.084.384,10	77,52%	0,14%
58 Subprefeitura M'Boi Mirim	55.677.058,36	39.654.808,68	16.022.249,68	71,22%	0,14%
59 Subprefeitura Capela do Socorro	44.556.995,61	32.476.635,70	12.080.359,91	72,89%	0,12%
60 Subprefeitura Parelheiros	21.406.791,46	17.795.735,99	3.611.055,47	83,13%	0,06%
61 Subprefeitura Penha	43.859.947,92	36.100.797,57	7.759.150,35	82,31%	0,13%
62 Subprefeitura Ermelino Matarazzo	26.062.688,32	21.785.107,37	4.277.580,95	83,59%	0,08%
63 Subprefeitura São Miguel	35.113.349,59	29.610.395,97	5.502.953,62	84,33%	0,11%
64 Subprefeitura Itaim Paulista	37.480.295,29	25.200.392,11	12.279.903,18	67,24%	0,09%
65 Subprefeitura Moóca	35.395.095,05	33.181.563,66	2.213.531,39	93,75%	0,12%
66 Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	31.925.866,54	25.783.813,14	6.142.053,40	80,76%	0,09%
67 Subprefeitura Itaquera	45.297.049,09	34.407.865,94	10.889.183,15	75,96%	0,12%
68 Subprefeitura Guaianases	34.143.322,19	27.751.157,61	6.392.164,58	81,28%	0,10%
69 Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba	39.488.912,15	32.171.277,39	7.317.634,76	81,47%	0,12%
70 Subprefeitura São Mateus	50.130.924,28	35.961.094,52	14.169.829,76	71,73%	0,13%
71 Subprefeitura Cidade Tiradentes	21.388.840,72	17.815.241,97	3.573.598,75	83,29%	0,06%
86 Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	400.000.000,00	390.228.800,69	9.771.199,31	97,56%	1,41%
87 Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	732.647.061,48	715.906.833,49	16.740.227,99	97,72%	2,59%
88 Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00%	0,00%
89 Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	8.796.000,00	0,00	8.796.000,00	0,00%	0,00%
90 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	116.607.246,00	37.787.793,74	78.819.452,26	32,41%	0,14%
91 Fundo Municipal de Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
93 Fundo Municipal de Assistência Social	652.256.276,64	563.318.532,72	88.937.743,92	86,36%	2,04%
94 Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	64.851.518,00	26.940.131,66	37.911.386,34	41,54%	0,10%
95 Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	9.524.518,70	7.440.459,03	2.084.059,67	78,12%	0,03%
96 Fundo Municipal de Turismo	600.000,00	600.000,00	0,00	100,00%	0,00%
97 Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00%	0,00%
98 Fundo de Desenvolvimento Urbano	285.614.260,52	269.041.480,74	16.572.779,78	94,20%	0,97%
99 Fundo Municipal de Iluminação Pública	253.482.638,54	205.371.569,46	48.111.069,08	81,02%	0,74%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>31.149.706.196,28</b>	<b>27.617.670.037,17</b>	<b>3.532.036.159,11</b>	<b>88,66%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF.



Prefeitura do Município de São Paulo  
Balço Geral de 2011

2.2.2.3.2 - Despesa Orçamentária por Órgãos –Administração Indireta

Descrição do Órgão	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (I - II)	% REALIZADA IV = (II) / (I)	% REALIZADA S/TOTAL
01 Autarquia Hospitalar Municipal	834.317.529,15	774.731.831,32	59.585.697,83	92,86%	17,76%
02 Hospital do Servidor Público Municipal	183.989.000,00	158.149.046,46	25.839.953,54	85,96%	3,63%
03 Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	3.432.738.600,00	3.310.507.812,01	122.230.787,99	96,44%	75,88%
04 Serviço Funerário do Município de São Paulo	133.047.500,00	114.147.573,00	18.899.927,00	85,79%	2,62%
80 Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	9.831.569,00	5.022.248,71	4.809.320,29	51,08%	0,12%
81 Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Munic.de Limpeza Urbana	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00%	0,00%
83 Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo*	195.133.098,45	0,00	195.133.098,45	0,00%	0,00%
<b>TOTAL ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>4.789.067.296,60</b>	<b>4.362.558.511,50</b>	<b>426.508.785,10</b>	<b>91,09%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Demonstração da Despesa Orçamentária por Órgão do Sistema de Orçamento e Finanças – SOF.

\* Não foram incluídas as despesas realizadas da COHAB em decorrência das dificuldades encontradas por esta empresa na adaptação da contabilidade societária para a pública.

2.2.2.3.3 - Despesa Orçamentária – Consolidado

	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (I - II)	% REALIZADA IV = (II) / (I)	% REALIZADA S/TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (I)	31.149.706.196,28	27.617.670.037,17	3.532.036.159,11	88,66%	86,36%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (II)	4.789.067.296,60	4.362.558.511,50	426.508.785,10	91,09%	13,64%
<b>TOTAL GERAL (III) = (I + II)</b>	<b>35.938.773.492,88</b>	<b>31.980.228.548,67</b>	<b>3.958.544.944,21</b>	<b>88,99%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Balço Orçamentário do Sistema de Orçamento e Finanças – SOF.

2.4 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	Em R\$		
Orçamento	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
RECEITA			
Realizada	29.956.145.497,85	2.130.217.185,40	32.086.362.683,25
( - ) Prevista	33.260.394.607,00	2.362.416.268,00	35.622.810.875,00
(=) INSUFICIÊNCIA/SUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	(3.304.249.109,15)	(232.199.082,60)	(3.536.448.191,75)
DESPESA			
Executada	27.617.670.037,17	4.362.558.511,50	31.980.228.548,67
( - ) Autorizada	31.381.931.680,00	4.240.879.195,00	35.622.810.875,00
(=) ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	(3.764.261.642,83)	121.679.316,50	(3.642.582.326,33)
ATUALIZADO			
Receita Prevista Atualizada	33.260.394.607,00	2.362.416.268,00	35.622.810.875,00
( - ) Despesa Fixada Atualizada	31.149.706.196,28	4.789.067.296,60	35.938.773.492,88
(=) ORÇAMENTO SUPERAVITÁRIO/DEFICITÁRIO	2.110.688.410,72	(2.426.651.028,60)	(315.962.617,88)
EXECUTADO			
Receita realizada	29.956.145.497,85	2.130.217.185,40	32.086.362.683,25
( - ) Despesa executada	27.617.670.037,17	4.362.558.511,50	31.980.228.548,67
<b>(=) SUPERÁVIT/DEFÍCIT DE EXECUÇÃO</b>	<b>2.338.475.460,68</b>	<b>(2.232.341.326,10)</b>	<b>106.134.134,58</b>

Fonte: Balço Orçamentário e Demonstração das Despesas por Órgão, ambos do Sistema de Orçamento e Finanças – SOF.



Observa-se, no demonstrativo a seguir, o comportamento do resultado orçamentário (em milhões de reais), nos últimos cinco anos:

Resultado Orçamentário	2007	2008	2009	2010	2011
Administração Direta	1.685,0	1.298,1	1.601,9	3.279,3	2.338,4
Administração Indireta	(1.335,0)	(1.597,3)	(1.798,2)	(2.056,9)	(2.232,3)
<b>Consolidado</b>	<b>350,0</b>	<b>(299,2)</b>	<b>(196,3)</b>	<b>1.222,4</b>	<b>106,1</b>

### 3 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, de que trata o artigo 103 da Lei Federal n.º 4.320/64, tem por finalidade demonstrar a receita e despesa orçamentária, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados aos saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

#### 3.1 - SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO

As disponibilidades existentes no início do exercício financeiro de 2011 perfaziam o montante de:

- R\$ 3.757.142.873,32 na Administração Direta;
- R\$ 150.803.277,85 na Administração Indireta;
- **R\$ 3.907.946.151,17 no Consolidado.**

	<b>Adm. Direta</b>	<b>Adm. Indireta</b>	<b>Consolidado</b>
Caixa	16.651,51	50.790,78	67.442,29
Bancos	24.422.486,34	96.355.107,39	120.777.593,73
Bancos, Contas Especiais	84.343.250,89	110.733,13	84.453.984,02
Aplicações Financeiras	3.648.360.484,58	44.562.191,88	3.692.922.676,46
Ações do RPPS	0,00	9.724.454,67	9.724.454,67
<b>TOTAL</b>	<b>3.757.142.873,32</b>	<b>150.803.277,85</b>	<b>3.907.946.151,17</b>



### 3.2- RECEITAS

As receitas orçamentárias alcançaram o montante de:

- R\$ 29.956.145.497,85 na Administração Direta;
- R\$ 2.130.217.185,40 na Administração Indireta;
- **R\$ 32.086.362.683,25 no Consolidado.**

E tiveram a seguinte distribuição:

Receitas	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Correntes*	29.027.838.861,80	933.895.158,88	29.961.734.020,68
Capital	928.306.636,05	6.383.675,36	934.690.311,41
Intraorçamentária	0,00	1.189.938.351,16	1.189.938.351,16
<b>TOTAL</b>	<b>29.956.145.497,85</b>	<b>2.130.217.185,40</b>	<b>32.086.362.683,25</b>

\* Deduzido Grupo 9000.

Os recebimentos de natureza extra orçamentária somaram a importância de:

- R\$ 31.665.053.739,62 na Administração Direta;
- R\$ 530.346.377,80 na Administração Indireta;
- **R\$ 32.195.400.117,42 no Consolidado.**

Receita Extra Orçamentária	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Devedores Diversos, Particulares	17.108.458.930,35	33.980.884,04	17.142.439.814,39
Devedores Diversos, Públicos	59.732.963,99	0,00	59.732.963,99
Restos a Pagar	1.920.095.556,94	88.990.805,60	2.009.086.362,54
Créditos de Contribuintes	88.779.264,34	3.831,28	88.783.095,62
Depósitos Diversos	1.260.063.574,81	2.027.561,17	1.262.091.135,98
Credores Diversos, Particulares	9.732.918.684,59	84.387.889,37	9.817.306.573,96
Credores Diversos, Públicos	1.063.653.440,15	172.421.103,63	1.236.074.543,78
Cancelamentos - Restos a Pagar	431.351.324,45	49.030.347,91	480.381.672,36
Cheques não compensa./em trânsito	0,00	284.644,02	284.644,02
Depósitos a Realizar	0,00	99.219.310,78	99.219.310,78
<b>TOTAL</b>	<b>31.665.053.739,62</b>	<b>530.346.377,80</b>	<b>32.195.400.117,42</b>

### 3.3 – DESPESAS

#### 3.3.1 - A despesa orçamentária do exercício ocorreu da seguinte forma:

Despesa Orçamentária	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Empenhada	27.617.670.037,17	4.362.558.511,50	<b>31.980.228.548,67</b>
Não Empenhada	3.532.036.159,11	231.365.686,65	<b>3.763.401.845,76</b>
Liquidada	25.950.776.499,19	4.299.781.356,10	<b>30.250.557.855,29</b>
Não Liquidada	1.666.893.537,98	62.777.155,40	<b>1.729.670.693,38</b>
Liquidada e não Paga	256.746.734,38	26.765.232,51	<b>283.511.966,89</b>
Despesas Pagas	25.694.029.764,81	4.273.016.123,59	<b>29.967.045.888,40</b>
Saldo a Pagar	1.923.640.272,36	89.542.387,91	<b>2.013.182.660,27</b>

Fonte: Acompanhamento da Execução Orçamentária.





A despesa efetivamente paga foi de:

- R\$ 25.694.029.764,81 na Administração Direta, que corresponde a 93,03% da despesa realizada;
- R\$ 4.273.016.123,59 na Administração Indireta, que corresponde a 97,95% da despesa realizada;
- **R\$ 29.967.045.888,40 no Consolidado**, que corresponde a 93,70% da despesa realizada.

3.3.2 – As despesas de natureza extra orçamentária alcançaram o montante de:

- R\$ 30.615.258.722,62 na Administração Direta;
- R\$ 530.576.338,49 na Administração Indireta;
- **R\$ 31.145.835.061,11 no Consolidado.**

<u>Despesa Extra-Orçamentária</u>	<u>Adm. Direta</u>	<u>Adm. Indireta</u>	<u>Consolidado</u>
Restos a Pagar*	1.784.197.098,96	136.989.977,56	1.921.187.076,52
Devedores Diversos, Particulares	17.124.910.766,10	33.586.501,64	17.158.497.267,74
Devedores Diversos Públicos	247.535.269,22	0,00	247.535.269,22
Créditos de Contribuintes	79.795.643,07	3.831,28	79.799.474,35
Depósitos Diversos	600.966.936,85	2.330.208,05	603.297.144,90
Credores Diversos, Particulares	9.727.946.244,27	84.699.012,29	9.812.645.256,56
Credores Diversos, Públicos	1.049.906.764,15	171.369.665,92	1.221.276.430,07
Cheque não compens./ em trânsito	0,00	279.293,80	279.293,80
Depósitos a realizar	0,00	101.317.847,95	101.317.847,95
<b>TOTAL</b>	<b>30.615.258.722,62</b>	<b>530.576.338,49</b>	<b>31.145.835.061,11</b>

3.3.3 – Inscrição de Restos a Pagar do Exercício

Foram inscritos em Restos a Pagar, relativo ao exercício de 2011, o montante de R\$ 1.916.953.048,35, com a seguinte distribuição:

- R\$ 1.923.640.272,36 na Administração Direta;
- R\$ 89.542.387,91 na Administração Indireta;
- **R\$ 2.013.182.660,27 no Consolidado.**



Prefeitura do Município de São Paulo  
Balço Geral de 2011

A seguir, Restos a Pagar, relativo ao exercrcio de 2011:

	RESTOS A PAGAR	INSCRITOS % S / TOTAL	% ACUMULADO
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA (I)</b>	<b>1.923.640.272,36</b>		
Secretaria Municipal de Educaão	657.734.665,52	34,19%	34,19%
Secretaria Municipal da Saude/Fundo Municipal de Saude	260.028.878,69	13,52%	47,71%
Secretaria Municipal de Servios	151.096.754,48	7,85%	55,56%
Secretaria Municipal de Habitao	110.311.010,59	5,73%	61,30%
Fundo de Desenvolvimento Urbano	77.826.836,31	4,05%	65,34%
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	62.468.405,84	3,25%	68,59%
Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trnsito	48.868.493,79	2,54%	71,13%
Secretaria Municipal de Coordenao das Subprefeituras	47.961.072,96	2,49%	73,63%
Encargos Gerais do Municpio	45.572.372,90	2,37%	75,99%
Secretaria Municipal de Cultura	40.156.197,17	2,09%	78,08%
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	39.953.722,88	2,08%	80,16%
Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	39.242.522,47	2,04%	82,20%
Fundo Municipal de Iluminao Pblica	38.368.906,22	1,99%	84,19%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	30.450.557,47	1,58%	85,78%
Secretaria do Governo Municipal	29.896.590,63	1,55%	87,33%
Fundo Municipal de Assistncia Social	26.014.782,97	1,35%	88,68%
Secretaria Municipal de Planejamento, Oramento e Gesto	20.076.449,49	1,04%	89,73%
Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreao	18.849.363,92	0,98%	90,71%
Secretaria Municipal de Transportes	14.637.377,54	0,76%	91,47%
Secretaria Municipal de Finanas	13.220.592,84	0,69%	92,16%
Secretaria Municipal de Participao e Parceria	9.871.989,43	0,51%	92,67%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econmico e do Trabalho	9.433.799,51	0,49%	93,16%
Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentvel	8.883.033,38	0,46%	93,62%
Subprefeitura M'Boi Mirim	8.129.418,33	0,42%	94,04%
Subprefeitura S	6.555.740,31	0,34%	94,38%
Secretaria Municipal dos Negcios Jurdicos	6.082.224,99	0,32%	94,70%
Subprefeitura Perus	5.882.780,13	0,31%	95,01%
Fundo Municipal dos Direitos da Criana e do Adolescente	5.838.022,66	0,30%	95,31%
Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba	5.621.441,55	0,29%	95,60%
Subprefeitura Itaquera	5.396.633,05	0,28%	95,88%
Subprefeitura Cidade Ademar	4.851.765,47	0,25%	96,13%
Subprefeitura Pirituba/Jaragu	4.810.580,27	0,25%	96,38%
Secretaria Municipal de Assistncia e Desenvolvimento Social	4.596.278,52	0,24%	96,62%
Subprefeitura Campo Limpo	4.343.265,16	0,23%	96,85%
Subprefeitura Mooca	4.260.626,96	0,22%	97,07%
Secretaria Municipal de Segurana Urbana	3.925.640,15	0,20%	97,27%
Subprefeitura So Mateus	3.784.353,81	0,20%	97,47%
Subprefeitura Penha	3.655.172,53	0,19%	97,66%
Subprefeitura Itaim Paulista	3.281.491,47	0,17%	97,83%
Subprefeitura Jaa/ Trememb	3.259.475,38	0,17%	98,00%

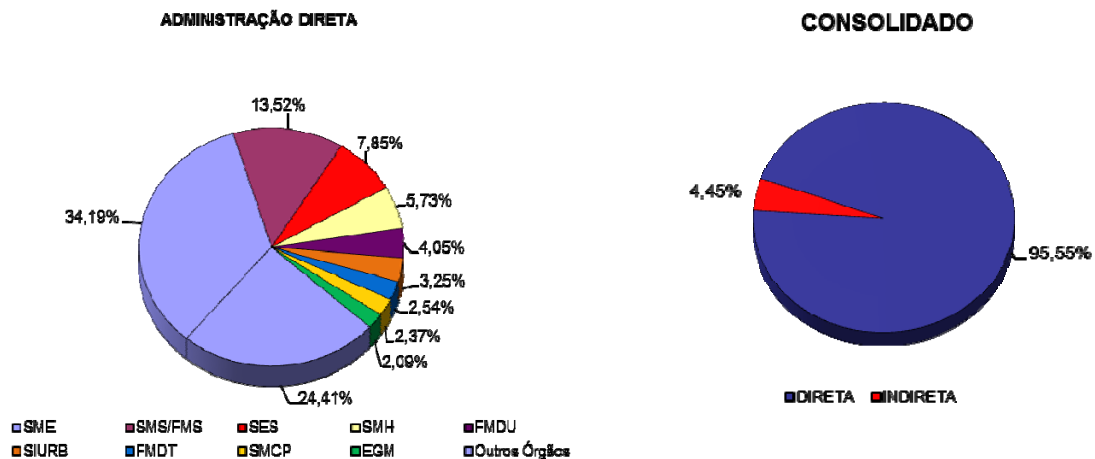


Prefeitura do Município de São Paulo  
Balço Geral de 2011

	RESTOS A PAGAR	INSCRITOS % S / TOTAL	% ACUMULADO
Subprefeitura Guaianases	3.105.335,80	0,16%	98,16%
Secretaria Municipal de Relações Internacionais	2.836.284,65	0,15%	98,31%
Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	2.510.306,14	0,13%	98,44%
Subprefeitura Jabaquara	2.371.020,91	0,12%	98,56%
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	2.358.779,95	0,12%	98,69%
Subprefeitura Vila Mariana	2.343.742,12	0,12%	98,81%
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	2.216.370,94	0,12%	98,92%
Subprefeitura Lapa	2.167.974,70	0,11%	99,04%
Subprefeitura Capela do Socorro	2.073.275,03	0,11%	99,14%
Subprefeitura Butantã	1.994.100,50	0,10%	99,25%
Subprefeitura Ipiranga	1.965.420,56	0,10%	99,35%
Subprefeitura Pinheiros	1.919.095,76	0,10%	99,45%
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	1.793.856,90	0,09%	99,54%
Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	1.567.999,78	0,08%	99,62%
Subprefeitura São Miguel	1.449.220,84	0,08%	99,70%
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	1.412.673,97	0,07%	99,77%
Subprefeitura Santo Amaro	1.196.354,07	0,06%	99,84%
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	1.074.092,18	0,06%	99,89%
Fundo Municipal de Habitação	-	0,00%	99,89%
Subprefeitura Parelheiros	1.067.446,05	0,06%	99,95%
Subprefeitura Cidade Tiradentes	753.103,57	0,04%	99,99%
Ouvidoria Geral do Município de São Paulo	125.878,52	0,01%	99,99%
Fundo Especial de Promoções de Atividades Culturais	92.989,20	0,00%	100,00%
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	45.662,48	0,00%	100,00%
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (II)</b>	<b>89.542.387,91</b>		
Autarquia Hospitalar Municipal	60.023.354,43	67,03%	67,03%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	18.846.062,12	21,05%	88,08%
Hospital do Servidor Público Municipal	9.066.770,89	10,13%	98,21%
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1.060.889,41	1,18%	99,39%
Fundação Catavento	-	0,00%	99,39%
Fundação Pulistana de Educação e Tecnologia	545.311,06	0,61%	100,00%
<b>TOTAL CONSOLIDADO (III) = (I + II)</b>	<b>2.013.182.660,27</b>		

Fonte: Anexo VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar - RGF - 3ºQuadri/11, LRF.

### RESTOS A PAGAR – INSCRIÇÃO REFERENTE A 2011





### 3.4 - RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA – CONSOLIDADO

Em decorrência da gestão financeira, as disponibilidades passaram de R\$ 3.907.946.151,17 (2010) para R\$ 4.982.190.230,19 (2011), verificando-se um acréscimo de R\$ 1.074.244.079,02, conforme demonstração a seguir:

<b>Receita Arrecadada</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
Orçamentária	32.086.362.683,25	
Extra-Orçamentária	<u>32.195.400.117,42</u>	64.281.762.800,67
<b>(-) Despesas</b>		
Orçamentária	(31.980.228.548,67)	
Extra-Orçamentária	<u>(31.145.835.061,11)</u>	(63.126.063.609,78)
<b>(-) Interferências Ativa/Passiva</b>		
Recebido	2.203.511.992,19	
Concedido	<u>(2.284.967.104,06)</u>	<u>(81.455.111,87)</u>
<b>(=) Acréscimo Financeiro</b>		1.074.244.079,02
<b>(+) Saldo no Início do Exercício</b>		<u>3.907.946.151,17</u>
Caixa	67.442,29	
Bancos	120.777.593,73	
Bancos, Contas Especiais	84.453.984,02	
Aplicações Financeiras	3.692.922.676,46	
Investimentos RPPS	<u>9.724.454,67</u>	
<b>(=) Saldo no Final do Exercício</b>		<b>4.982.190.230,19</b>

As Interferências Ativas no montante de R\$ 2.203.511.992,19 representam repasses recebidos pela Administração Indireta, conforme segue:

<b>Repasso Recebido na Adm. Indireta</b>	<b>em R\$</b>
Hospital do Servidor Público Municipal	150.030.765,11
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1.294.788.917,08
Autarquia Hospitalar Municipal	753.976.310,00
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	4.716.000,00
<b>Total Repasse Recebido</b>	<b>2.203.511.992,19</b>

As Interferências Passivas no montante de R\$ 2.284.967.104,06 representam repasses concedidos pela Administração Direta à Administração Indireta, conforme segue:

<b>Repasso Concedido pela Adm. Direta</b>	<b>em R\$</b>
Hospital do Servidor Público Municipal	150.030.765,11
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1.294.788.917,08
Autarquia Hospitalar Municipal	753.976.310,00
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	4.716.000,00
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	81.455.111,87
<b>Total Repasse Concedido</b>	<b>2.284.967.104,06</b>



## 4 - BALANÇO ECONÔMICO

A Demonstração das Variações Patrimoniais, de que trata o artigo 104 da Lei Federal n.º 4.320/64, evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

### 4.1 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

#### 4.1.1 - Variações Ativas

As variações patrimoniais ativas evidenciam aumento na situação patrimonial pela incorporação de elementos no ativo ou pela diminuição de elementos no passivo.

##### 4.1.1.1 - Resultantes da Execução Orçamentária

As variações patrimoniais ativas resultantes da execução orçamentária são representadas pelas receitas orçamentárias arrecadadas, acrescidas das mutações patrimoniais da despesa, que gerou o montante de:

- R\$ 32.206.483.129,70 na Administração Direta;
- R\$ 4.427.950.563,04 na Administração Indireta;
- **R\$ 36.634.433.692,74 no Consolidado.**

##### 4.1.1.2 - Independentes da execução orçamentária

As variações patrimoniais ativas independentes da execução orçamentária, originadas sempre por fatos de superveniências ativas, e/ou por insubsistências passivas produziram alterações positivas no total de:

- R\$ 12.316.995.510,95 na Administração Direta;
- R\$ 97.176.448,04 na Administração Indireta;
- **R\$ 12.414.171.958,99 no Consolidado.**

#### 4.1.2 - Variações Passivas

As variações patrimoniais passivas evidenciam diminuição da situação patrimonial pela incorporação de elementos no passivo ou pela diminuição de elementos no ativo.

##### 4.1.2.1 - Resultantes da execução orçamentária

As variações patrimoniais passivas resultantes da execução orçamentária são representadas pelas despesas orçamentárias realizadas, acrescidas das mutações patrimoniais da receita, as quais alcançaram a importância de:

- R\$ 30.370.058.082,49 na Administração Direta;
- R\$ 4.400.085.730,07 na Administração Indireta;
- **R\$ 34.770.143.812,56 no Consolidado.**



#### 4.1.2.2 - Independentes da execução orçamentária

As variações patrimoniais passivas independentes da execução orçamentária, ocorridas pela verificação de fatos de insubsistências ativas e/ou de superveniências passivas produziram alterações negativas no total de:

- R\$ 11.176.901.061,17 na Administração Direta;
- R\$ 196.472.693,45 na Administração Indireta;
- **R\$ 11.373.373.754,62 no Consolidado.**

#### 4.1.3 - Resultado Patrimonial

O exercício financeiro de 2011 indicou um Superávit, oriundo do resultado positivo entre as variações patrimoniais, sendo:

- R\$ 2.976.519.496,99 na Administração Direta;
- (R\$ 71.431.412,44) na Administração Indireta;
- **R\$ 2.905.088.084,55 no Consolidado.**

	R\$		
<u>Variações</u>	<u>Adm. Direta</u>	<u>Adm. Indireta</u>	<u>Consolidado</u>
<b>( + ) Variações Ativas</b>	<b>44.523.478.640,65</b>	<b>4.525.127.011,08</b>	<b>49.048.605.651,73</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	32.206.483.129,70	4.427.950.563,04	36.634.433.692,74
Independentes da Execução Orçamentária	12.316.995.510,95	97.176.448,04	12.414.171.958,99
<b>( - ) Variações Passivas</b>	<b>41.546.959.143,66</b>	<b>4.596.558.423,52</b>	<b>46.143.517.567,18</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	30.370.058.082,49	4.400.085.730,07	34.770.143.812,56
Independentes da Execução Orçamentária	11.176.901.061,17	196.472.693,45	11.373.373.754,62
<b>( = ) SUPERÁVIT VERIFICADO</b>	<b>2.976.519.496,99</b>	<b>(71.431.412,44)</b>	<b>2.905.088.084,55</b>

## **5 - BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balço Patrimonial evidencia a posição estática dos bens, direitos e obrigações resultantes da gestão econômica da Prefeitura e consoante ao estabelecido no artigo 105 da Lei nº. 4.320/64 demonstra:

Ativo Financeiro  
Ativo Permanente  
Passivo Financeiro  
Passivo Permanente  
Saldo Patrimonial  
Contas de Compensação



### 5.1 - ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis em curto prazo e movimentam-se, independentemente de autorização orçamentária.

Em 31/12/11 o Ativo Financeiro totalizou a importância de:

- R\$ 5.627.552.237,57 na Administração Direta;
- R\$ 135.973.472,79 na Administração Indireta;
- **R\$ 5.763.525.710,36 no Consolidado.**

	<b>Adm. Direta</b>	<b>Adm. Indireta</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Disponível</b>	<b>4.860.446.246,94</b>	<b>121.743.983,25</b>	<b>4.982.190.230,19</b>
Caixa	14.814,39	7.483,38	22.297,77
Bancos	51.660.074,41	58.168.695,67	109.828.770,08
Bancos, Contas Especiais	519.335.001,95	87.024,35	519.422.026,30
Aplicações Financeiras	4.289.436.356,19	63.480.779,85	4.352.917.136,04
<b>Realizável</b>	<b>767.105.990,63</b>	<b>14.229.489,54</b>	<b>781.335.480,17</b>
Devedores Diversos, Particulares	127.919.623,72	2.364.720,54	130.284.344,26
Devedores Diversos, Públicos	639.186.366,91	0,00	639.186.366,91
Depósitos a realizar	0,00	7.115.713,55	7.115.713,55
Investimentos do RPPS	0,00	4.749.055,45	4.749.055,45
<b>TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>5.627.552.237,57</b>	<b>135.973.472,79</b>	<b>5.763.525.710,36</b>

### 5.2 - ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente compreende todos os bens, créditos e valores fixos cuja mobilização ou alienação dependem de autorização legislativa.

Em 31/12/11, o Ativo Permanente totalizou a importância de:

- R\$ 69.269.218.981,71 na Administração Direta;
- R\$ 268.973.548,78 na Administração Indireta;
- **R\$ 69.538.192.530,49 no Consolidado.**

<b>Ativo Permanente</b>	<b>Adm. Direta</b>	<b>Adm. Indireta</b>	<b>Consolidado</b>
Bens Móveis	560.344.157,87	50.748.024,53	611.092.182,40
Bens Imóveis	14.330.657.008,03	45.957.692,26	14.376.614.700,29
Dívida Ativa a Cobrar	46.979.549.313,40	29.893.742,61	47.009.443.056,01
Ações e outros Valores	3.890.648.915,26	267.762,60	3.890.916.677,86
Almoxarifado	135.165.338,58	28.764.235,43	163.929.574,01
Bens e Valores a Incorporar	572.893.896,89	7.136.588,66	580.030.485,55
Financiamentos Concedidos	1.221.525,65	85.304.291,70	86.525.817,35
Créditos de Precatórios	102.857.050,01	0,00	102.857.050,01
Ressarcimento de Empresas e Autarquias	209.694.845,94	0,00	209.694.845,94
Recursos com Garantia	18.950.923,05	0,00	18.950.923,05
Direitos Creditórios	2.467.232.466,57	0,00	2.467.232.466,57
Títulos da Dívida Agrária	3.540,46	0,00	3.540,46
Diversos valores a receber	0,00	24.796.912,78	24.796.912,78
Depreciações RPPS	0,00	(3.895.701,79)	(3.895.701,79)
<b>Total do Ativo Permanente</b>	<b>69.269.218.981,71</b>	<b>268.973.548,78</b>	<b>69.538.192.530,49</b>



### 5.3 - PASSIVO FINANCEIRO

O Passivo Financeiro compreende os compromissos exigíveis em curto prazo cujo pagamento independe de autorização orçamentária. Esses compromissos constituem a chamada "Dívida Flutuante" e, quando pagos, classificam-se como despesa extraorçamentária.

No final do exercício, o Passivo Financeiro totalizou a importância de:

- R\$ 3.673.595.181,92 na Administração Direta;
- R\$ 118.204.961,43 na Administração Indireta;
- **R\$ 3.791.800.143,35 no Consolidado.**

<u>Passivo Financeiro</u>	<u>Adm. Direta</u>	<u>Adm. Indireta</u>	<u>Consolidado</u>
Restos a Pagar	1.932.114.471,30	103.086.520,15	2.035.200.991,45
Créditos de Contribuintes	85.650.976,70	0,00	85.650.976,70
Depósitos Diversos	1.552.004.626,78	259.117,43	1.552.263.744,21
Credores Diversos, Particulares	69.090.501,07	8.523.827,82	77.614.328,89
Credores Diversos, Públicos	34.734.606,07	6.335.496,03	41.070.102,10
<b>Total do Passivo Financeiro</b>	<b>3.673.595.181,92</b>	<b>118.204.961,43</b>	<b>3.791.800.143,35</b>

### 5.4 - PASSIVO PERMANENTE

O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas interna e externa (compromissos com exigibilidade superior a 12 meses) e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.

O Passivo Permanente atingiu o montante de:

- R\$ 66.889.098.600,31 na Administração Direta;
- R\$ 577.820.250,50 na Administração Indireta;
- **R\$ 67.466.918.850,81 no Consolidado.**

<u>Passivo Permanente</u>	<u>Adm. Direta</u>	<u>Adm. Indireta</u>	<u>Consolidado</u>
Dívida Fundada Interna	51.370.060.099,03	0,00	51.370.060.099,03
Empréstimos por Contratos	51.370.060.099,03	0,00	51.370.060.099,03
Dívida Fundada Externa	618.031.292,99	0,00	618.031.292,99
Empréstimos Externos por Contratos	618.031.292,99	0,00	618.031.292,99
Diversos	14.901.007.208,29	577.820.250,50	15.478.827.458,79
Encargos Decorr. Precat. Judiciais	16.319.170.128,31	582.272.647,80	16.901.442.776,11
Precatórios Judiciais - Sequestros	(1.779.946.025,88)	(4.452.397,30)	(1.784.398.423,18)
Parcelamento de Débito - PASEP	63.192.628,29	0,00	63.192.628,29
Dívida com INSS	298.590.477,57	0,00	298.590.477,57
<b>Total do Passivo Permanente</b>	<b>66.889.098.600,31</b>	<b>577.820.250,50</b>	<b>67.466.918.850,81</b>





## 5.5 - SALDO PATRIMONIAL

O Ativo Real Líquido ou Saldo Patrimonial representa a diferença entre a soma do Ativo Real e o Passivo Real.

Em 31/12/11 a situação patrimonial da Prefeitura do Município de São Paulo, sintetizada, é:

	<b>Adm. Direta</b>	<b>Adm. Indireta</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Ativo Real</b>	<b>74.896.771.219,28</b>	<b>404.947.021,57</b>	<b>75.301.718.240,85</b>
Ativo Financeiro	5.627.552.237,57	135.973.472,79	5.763.525.710,36
Ativo Permanente	69.269.218.981,71	268.973.548,78	69.538.192.530,49
<b>Passivo Real</b>	<b>70.562.693.782,23</b>	<b>696.025.211,93</b>	<b>71.258.718.994,16</b>
Passivo Financeiro	3.673.595.181,92	118.204.961,43	3.791.800.143,35
Passivo Permanente	66.889.098.600,31	577.820.250,50	67.466.918.850,81
Saldo Patrimonial	4.334.077.437,05	(291.078.190,36)	4.042.999.246,69

O resultado patrimonial apurado no exercício evidencia um Ativo Real Líquido de R\$ 4.042.999.246,69.

### 5.5.1-EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A seguir, a situação do saldo patrimonial dos últimos cinco anos:

<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Administração Direta	353,3	(335,5)	836,0	1.357,6	4.334,0
Administração Indireta	277,4	22,2	(108,8)	(224,4)	(291,0)
Consolidado	630,7	(313,3)	727,2	1.133,2	4.043,0

## 5.6 – CONTAS DE COMPENSAÇÃO

O Ativo e Passivo Compensado registram os atos da Administração que não refletem de imediato sobre o patrimônio, apresentando um montante registrado de:

- R\$ 109.451.725.580,70 na Administração Direta;
- R\$ 317.539.811,26 na Administração Indireta;
- **R\$ 109.769.265.391,96 no Consolidado.**



## 6 - DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Conforme disposto no § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64 entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se ainda os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

O Superávit Financeiro alcançado foi de:

- R\$ 1.953.957.055,65 na Administração Direta;
- R\$ 17.768.511,36 na Administração Indireta;
- **R\$ 1.971.725.567,01 no Consolidado.**

A seguir, detalhamento do Superávit Financeiro, deduzido o valor dos Investimentos do RPPS, conforme segue:

Exercício 2011				
SUPERAVIT POR FONTE DE RECURSOS				
CIRCULANTE	Saldo Total em 31/12/2011 <sup>1</sup> (incluso rec.vinculados) (A)	Restos a Pagar 31/12/2011 <sup>2</sup> (B)	Saldo de Contas Extra- Orçamentárias <sup>3</sup> (C)	SUPERÁVIT (Ativo Circulante - Passivo Circulante) (D) = (A - B - C)
<b>Administração Direta</b>				
00 - RECURSOS PRÓPRIOS	1.824.908.552,85	1.322.027.044,13	(970.812.376,07)	(467.930.867,35)
01 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	967.053,33	11.054.148,87	0,00	(10.087.095,54)
02 - TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	861.423.920,59	250.111.037,76	0,00	611.312.882,83
03 - TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	133.092.454,68	93.505.237,05	0,00	39.587.217,63
04 - FUNDO CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO	118.466.304,11	291.574,22	0,00	118.174.729,89
05 - OUTRAS FONTES	1.357.706.642,82	70.770.260,37	0,00	1.286.936.382,45
08 - TESOURO MUNICIPAL - RECURSOS VINCULADOS	563.881.318,56	187.917.512,82	0,00	375.963.805,74
<b>TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>4.860.446.246,94</b>	<b>1.935.676.815,22</b>	<b>(970.812.376,07)</b>	<b>1.953.957.055,65</b>
<b>Administração Indireta<sup>5</sup></b>				
<b>TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>130.853.857,33</b>	<b>103.099.973,15</b>	<b>(14.734.428,27)</b>	<b>13.019.455,91</b>
<b>Superávit Financeiro</b>				<b>1.966.976.511,56</b>

**Notas:**

- 1 - Dados obtidos através de demonstrativo encaminhado pelo DIDIS/DEFIN (Adm.Direta).
- 2 - Extração do sistema SOF: Acompanhamento da Execução Orçamentária - Restos (Adm.Direta).
- 3 - Resultado de contas extra-orçamentárias no ativo financeiro no valor de R\$ 767.105.990,63 (-) contas de extra-orçamentária no passivo financeiro no valor de R\$ 1.736.471.198,64 já expurgado o valor de retenções extras já considerado como Restos a Pagar (Adm.Direta).
  - 3.1 - No Passivo Financeiro estão englobados os valores dos Depósitos Judiciais no montante de R\$ 964.940.722,12 decorrente a Lei Municipal nº 15.406/11.
  - 3.2 - No Ativo Financeiro estão englobados os valores do Fundo de Reserva no montante de R\$ 503.452.277,94 em atendimento a Lei Municipal nº 15.046/11.
  - 3.3 - O registro dos depósitos judiciais no passivo financeiro decorre do princípio da prudência e permanecem no passivo financeiro até o fim da discussão judicial.
- 4 - O déficit da Fonte 01 é decorrente da sistemática de empréstimos do BID com posterior reembolso.
- 5 - Dados informados pela Adm. Indireta, conforme segue: IPREM; FUNDATEC; AHM; HSPM e SFMSP.
  - 5.1 - No cálculo do Superávit Financeiro do IPREM não foi considerado o montante de R\$ 4.749.055,45 referente a investimentos do RPPS.

A seguir, apresentamos o comportamento do Superávit Financeiro, nos últimos cinco anos:

Superávit/Déficit Financeiro	Em R\$ milhões				
	2007	2008	2009	2010	2011
Administração Direta	1.744,2	1.403,0	104,6	1.520,9	1.953,9
Administração Indireta	12,6	46,8	(16,9)	0,2	17,8
<b>Consolidado</b>	<b>1.756,8</b>	<b>1.449,8</b>	<b>87,7</b>	<b>1.521,1</b>	<b>1.971,7</b>



## 7 - DO RESULTADO PRIMÁRIO

O Demonstrativo do Resultado Primário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante parâmetros definidos pela Lei Complementar nº. 101/00 e Portaria STN nº 249/10, resulta da diferença entre as receitas e despesas não financeiras e sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.

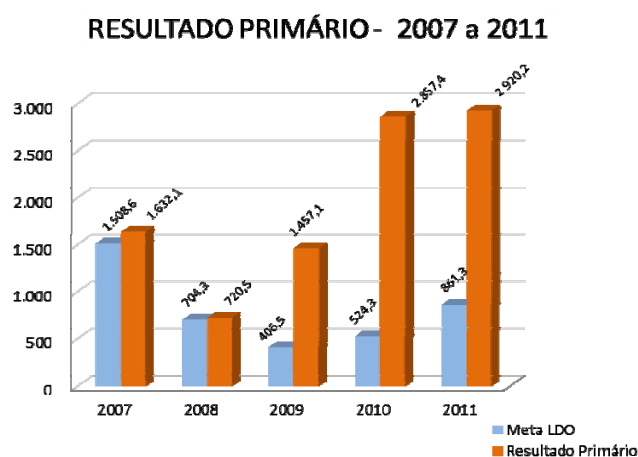
Superávits primários, que são direcionados para o pagamento de serviços da dívida contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassam as receitas não-financeiras.

A meta do Resultado Primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011 foi de R\$ 861,3 milhões, e ao final do exercício, o resultado primário de R\$ 2.920,2 milhões superou a meta estabelecida para o exercício, conforme segue:

	Em R\$ milhões
Receitas Primárias Correntes	30.512,5
Receitas Primárias de Capital	880,6
<b>Receitas Primárias Líquidas</b>	<b>31.393,1</b>
Despesas Primárias Correntes	25.405,6
Despesas Primárias de Capital	3.067,3
<b>Despesas Primárias Líquidas</b>	<b>28.472,9</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>2.920,2</b>

Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do resultado primário dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

	Em R\$ Milhões		
Ano	Meta LDO (a)	Resultado Primário (b)	Diferença c = b - a
2007	1.508,6	1.632,1	123,5
2008	704,3	720,5	16,2
2009	406,5	1.457,1	1.050,6
2010	524,3	2.857,4	2.333,1
2011	861,3	2.920,2	2.058,9





## 8 - DO RESULTADO NOMINAL

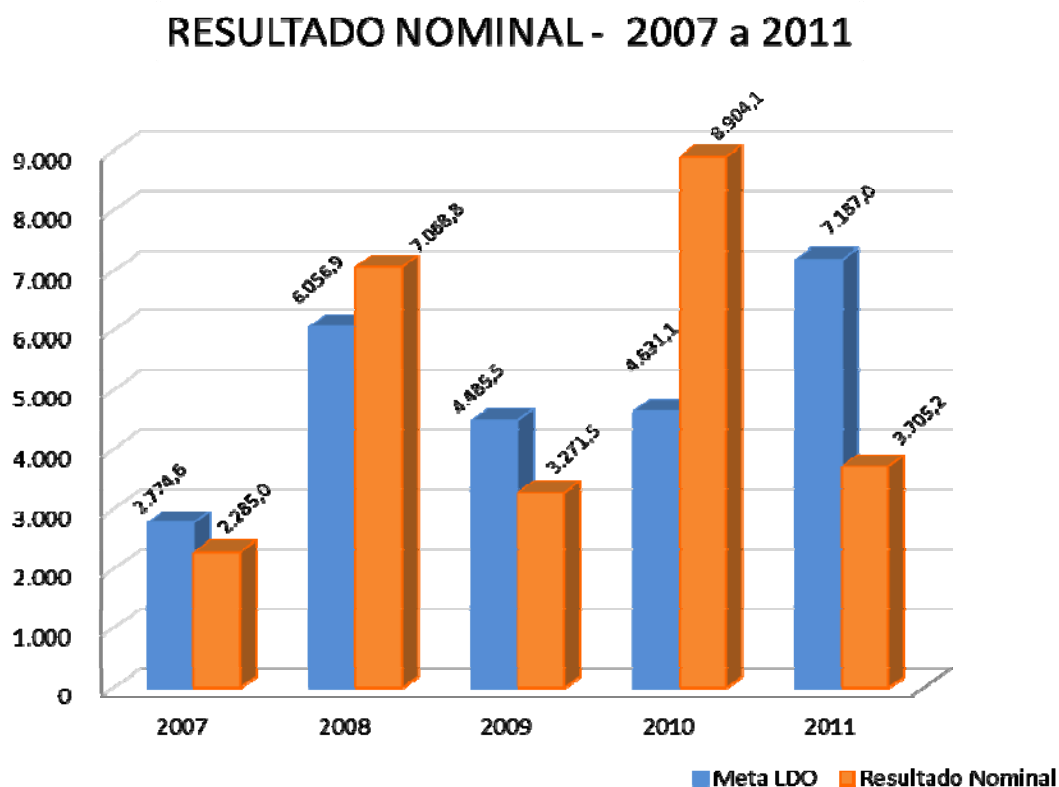
O Demonstrativo do Resultado Nominal, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante parâmetros definidos pela Lei Complementar nº. 101/00 e Portaria STN nº. 249/10 tem por objetivo demonstrar a variação da Dívida Fiscal Líquida.

A meta do Resultado Nominal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011 foi de R\$ 7.187,0 milhões e ao final do exercício o resultado nominal alcançado foi de R\$ 3.705,2 milhões, motivado pelo aumento da dívida fiscal líquida de R\$ 54.076,0 milhões para R\$ 57.781,2 milhões, decorrentes principalmente da incorporação dos juros e correção monetária aplicada no estoque da Dívida.

Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do resultado nominal dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Em R\$ Milhões				
Ano	Meta LDO (a)	Resultado Nominal (b)	Diferença c = b - a	Dívida Fiscal Líquida
2007	2.774,6	2.285,0	(489,6)	34.831,6
2008	6.056,9	7.068,8	1.011,9	41.900,4
2009	4.485,5	3.271,5	(1.214,0)	45.171,9
2010	4.631,1	8.904,1	4.273,0	54.076,0
2011	7.187,0	3.705,2	(3.481,8)	57.781,2

Segue gráfico do resultado nominal dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:





## 9 – COMPORTAMENTO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Resultados 2011	LDO	Realizado	Variação
<b>Resultado Primário</b>	861,3	2.920,2	2.058,9
<b>Resultado Nominal</b>	7.187,0	3.705,2	(3.481,8)

Em R\$ Milhoes

## 10 – DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante parâmetros definidos pela Lei Complementar nº. 101/00 e Portaria STN nº. 249/10 apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL, sua evolução nos últimos doze meses, assim como a previsão de seu desempenho no exercício.

A Receita Corrente Líquida serve de base de cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados no Relatório de Gestão Fiscal e sobre ela serão calculados os percentuais de gasto de pessoal, gasto previdenciário e de endividamento, dentre outros.

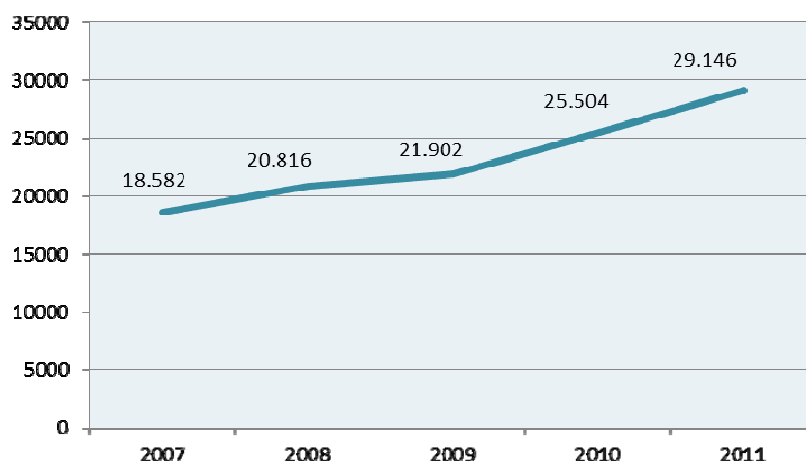
A Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2011 atingiu o montante de R\$ 29.145.784.576,55.

A seguir quadro e gráfico da evolução da RCL nos últimos cinco anos:

Em R\$ milhões

Ano	RCL	% de acrécimo
2007	18.582	10,90
2008	20.816	12,02
2009	21.902	5,22
2010	25.504	16,45
<b>2011</b>	<b>29.146</b>	<b>14,28</b>

EVOLUÇÃO DA RCL DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS





## 11 - DA DESPESA COM PESSOAL

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal, que integra o Relatório de Gestão Fiscal, consoante parâmetros definidos pela Lei Complementar n. 101/00 e Portaria STN n. 249/10, considera Despesa com Pessoal o somatório dos gastos do ente da Federao com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funoes ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificaoes, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuoes recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

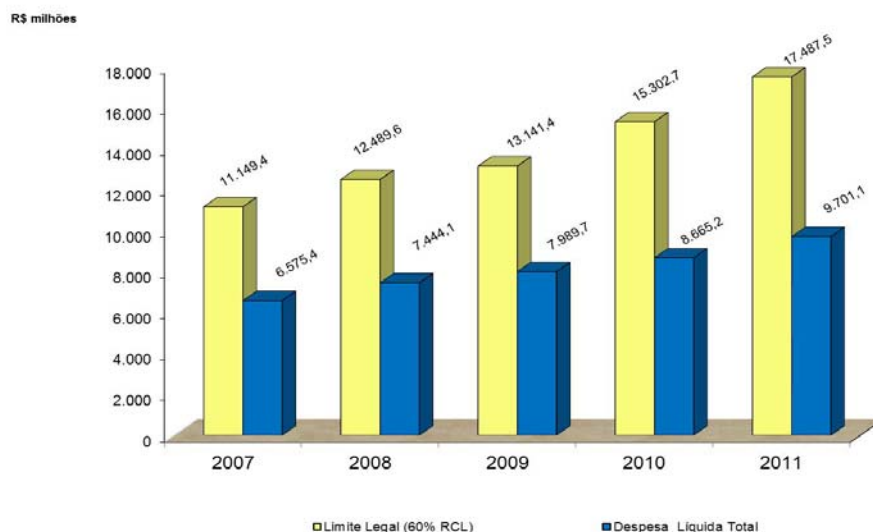
Na esfera municipal a despesa total com pessoal não poderá exceder o limite de 60%, a ser aplicado sobre a receita corrente líquida, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

A despesa com pessoal consolidada realizada no exercício de 2011 foi de R\$ 9.701.098.107,74 que consumiu 33,28% da RCL. Este percentual congrega 31,84% do Poder Executivo e 1,45% do Poder Legislativo, e esses percentuais estão abaixo dos 60% do limite legal e dos 57% do limite prudencial, estabelecidos pela LRF.

Observa-se no demonstrativo a seguir que os percentuais de comprometimento da Despesa com Pessoal e os valores dos Limites Legal e Prudencial não excederam aos percentuais estabelecidos na LRF, não sendo necessário  adoo de medidas corretivas.

DESPESA COM PESSOAL	2007	2008	2009	2010	2011
Poder Executivo ( a )	6.336,7	7.147,4	7.660,2	8.287,5	9.279,8
Poder Legislativo ( b )	238,7	296,7	329,5	377,7	421,3
Despesa Líquida Total ( c ) = ( a + b )	6.575,4	7.444,1	7.989,7	8.665,2	9.701,1
Receita Corrente Líquida ( d )	18.582,4	20.815,9	21.902,4	25.504,6	29.145,8
% Gasto com Pessoal ( e ) = ( c / d )	35,4	35,8	36,5	34,0	33,3
Limite Legal < 60%>	11.149,4	12.489,6	13.141,4	15.302,7	17.487,5
Limite Prudencial <95%> do limite legal	10.591,9	11.865,1	12.484,4	14.537,6	16.613,1

### Limite Legal e Despesa com Pessoal – 2007 a 2011





## 12 - DA EXECUÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS

O orçamento dos Fundos Municipais encontra-se agregado ao total orçado para a Administração Direta. Cada Fundo Municipal está vinculado a uma Secretaria Municipal e está integrado ao orçamento com um número de órgão específico. Fizeram parte do Orçamento de 2011, conforme disposto na Lei Municipal nº 15.356/10, os seguintes "Órgão-Fundo":

- ☞ Órgão 09 – Câmara Municipal de São Paulo
  - 09.20 – Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo;
- ☞ Órgão 10 – Tribunal de Contas do Município de São Paulo
  - 10.20 – Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
- ☞ Órgão 18 – Secretaria Municipal da Saúde / Fundo Municipal de Saúde;
- ☞ Órgão 86 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infra-Estrutura;
- ☞ Órgão 87 - Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito;
- ☞ Órgão 88 - Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural;
- ☞ Órgão 89 - Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação;
- ☞ Órgão 90 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- ☞ Órgão 91 - Fundo Municipal de Habitação<sup>5</sup>;
- ☞ Órgão 93 - Fundo Municipal de Assistência Social;
- ☞ Órgão 94 - Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- ☞ Órgão 95 - Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais;
- ☞ Órgão 96 - Fundo Municipal de Turismo;
- ☞ Órgão 97 - Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano;
- ☞ Órgão 98 - Fundo de Desenvolvimento Urbano e
- ☞ Órgão 99 - Fundo Municipal de Iluminação Pública.

Os Fundos Municipais são operacionalizados pelas Unidades Orçamentárias da Secretaria a que se vinculam, por meio da execução orçamentária no Sistema de Orçamento e Finanças - SOF<sup>6</sup> e estão inclusos nos demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Orgânica e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Do montante do Orçamento de 2011, dentro da Administração Direta, o valor de R\$ 7.507,6 milhões foi orçado especificamente para os Fundos Municipais. Entretanto, esse valor foi atualizado no decorrer de 2011 passando a configurar um orçamento atualizado de R\$ 7.669,7 milhões e empenhado o valor de R\$ 7.211,6 milhões, o que representa a utilização de 94,03% do orçamento atualizado dos Fundos, conforme demonstrado a seguir:

<sup>5</sup> A despesa de 2011 do Órgão 91- Fundo Municipal de Habitação foi executada no Órgão 83 - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.



Prefeitura do Município de São Paulo  
Balço Geral de 2011

ÓRGÃO/FUNDO	ORÇAMENTO INICIAL	ACRÉSCIMO OU DECRÉSCIMO	ORÇAMENTO ATUALIZADO	TOTAL EMPENHADO	Em Reais
					% EXECUTADO SOBRE ORÇ. ATUALIZADO
09.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	9.122.000,00	0,00	9.122.000,00	3.704.276,62	40,61%
10.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO <sup>1</sup>	2.000.000,00	2.034.842,77	4.034.842,77	2.862.836,62	70,95%
18 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.161.176.516,00	(106.288.821,37)	5.054.887.694,63	4.934.761.524,93	97,62%
83 - COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO/FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO <sup>2 e 1</sup>	0,00	76.117.360,45	76.117.360,45	53.688.635,00	70,53%
86 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA	400.000.000,00	-	400.000.000,00	390.228.800,69	97,56%
87 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO	660.534.490,00	72.112.571,48	732.647.061,48	715.906.833,49	97,72%
88 - FUNDO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00%
89 - FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO	8.796.000,00	0,00	8.796.000,00	0,00	0,00%
90 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	116.607.246,00	0,00	116.607.246,00	37.787.793,74	32,41%
91 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO <sup>3</sup>	55.000.000,00	(55.000.000,00)	0,00	0,00	0,00%
93 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	602.517.193,00	49.739.083,64	652.256.276,64	563.318.532,72	86,36%
94 - FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	64.851.518,00	0,00	64.851.518,00	26.940.131,66	41,54%
95 - FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	10.616.000,00	(1.091.481,30)	9.524.518,70	7.440.459,03	78,12%
96 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	600.000,00	0,00	600.000,00	600.000,00	100,00%
97 - FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL PAULISTANO	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00%
98 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	161.031.000,00	124.583.260,52	285.614.260,52	269.041.480,74	94,20%
99 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	253.577.704,00	(95.065,46)	253.482.638,54	205.371.569,46	81,02%
<b>TOTAL</b>	<b>7.507.629.667,00</b>	<b>162.111.750,73</b>	<b>7.669.741.417,73</b>	<b>7.211.652.874,70</b>	<b>94,03%</b>

Fonte: Acompanhamento da Execução Orçamentária por Órgão do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF (exceto os dados do TCM SP).

Notas Explicativas: 1. Dados fornecidos pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo.  
2. Dados fornecidos pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.  
3. A despesa do Órgão 91- Fundo Municipal de Habitação foi executada no Órgão 83 - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, conforme disposto no Decreto nº 52.535, de 29/07/2011.

Do valor total empenhado pelos Fundos R\$ 6.394,6 milhões foram utilizados em Despesa Corrente e R\$ 817,0 milhões em Despesa de Capital, conforme demonstrado a seguir:

ÓRGÃO/FUNDO	Em Reais		TOTAL
	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	
09.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	2.360.844,99	1.343.431,63	3.704.276,62
10.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO <sup>1</sup>	1.701.108,85	1.161.727,77	2.862.836,62
18 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.863.628.155,40	71.133.369,53	4.934.761.524,93
83 - COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO / FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO <sup>2</sup>	46.909.452,78	6.779.182,22	53.688.635,00
86 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA	-	390.228.800,69	390.228.800,69
87 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO	676.988.651,41	38.918.182,08	715.906.833,49
90 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	36.753.678,18	1.034.115,56	37.787.793,74
93 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	553.673.436,91	9.645.095,81	563.318.532,72
94 - FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	4.096.437,10	22.843.694,56	26.940.131,66
95 - FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	7.440.459,03	-	7.440.459,03
96 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	600.000,00	-	600.000,00
98 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	-	269.041.480,74	269.041.480,74
99 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	200.455.694,42	4.915.875,04	205.371.569,46
<b>TOTAL</b>	<b>6.394.607.919,07</b>	<b>817.044.955,63</b>	<b>7.211.652.874,70</b>

Fonte: Acompanhamento da Execução Orçamentária por Despesa do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF (exceto os dados do TCM SP).

Nota Explicativa: 1. Dados fornecidos pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo.  
2. Dados fornecidos pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.

Os Fundos Municipais apresentaram a seguinte situação de Restos a Pagar em 31/12/2011:

ÓRGÃO/FUNDO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR					INSCRIÇÃO TOTAL DOS RESTOS A PAGAR
	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2008	EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011	
18 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	67.270,93	11.162,06	55.423,54	222.760,59	260.028.878,69	260.385.495,81
83 - COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO/ FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO <sup>1</sup>	-	-	-	-	14.383.256,18	14.383.256,18
86 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA	-	-	-	-	39.242.522,47	39.242.522,47
87 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO	-	-	15.417,67	18.229,06	48.868.493,79	48.902.140,52
90 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	-	-	-	6.117,00	5.838.022,66	5.844.139,66
93 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	79.739,15	69.724,35	103.662,96	173.705,79	26.014.782,97	26.441.615,22
94 - FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1.480,00	-	925,08	7.100,00	8.883.033,38	8.892.538,46
95 - FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	-	-	-	-	92.989,20	92.989,20
98 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	-	-	-	-	77.826.836,31	77.826.836,31
99 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-	-	-	-	38.368.906,22	38.368.906,22
<b>TOTAL</b>	<b>148.490,08</b>	<b>80.886,41</b>	<b>175.429,25</b>	<b>427.912,44</b>	<b>519.547.721,87</b>	<b>520.380.440,05</b>

Fonte: Acompanhamento da Execução Orçamentária de Restos por Órgão do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF (exceto os dados do TCM SP).

Nota Explicativa: 1. Dados fornecidos pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.

<sup>6</sup> Exceto o Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo que executou a despesa em sistema próprio.





### 13 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO

A despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingiu, no exercício de 2011, 32,01% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências.

O percentual gasto atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de 25%. Entretanto, de acordo com o art. 208 da Lei Orgânica, o Município de São Paulo aplicará, anualmente, no mínimo 31%.

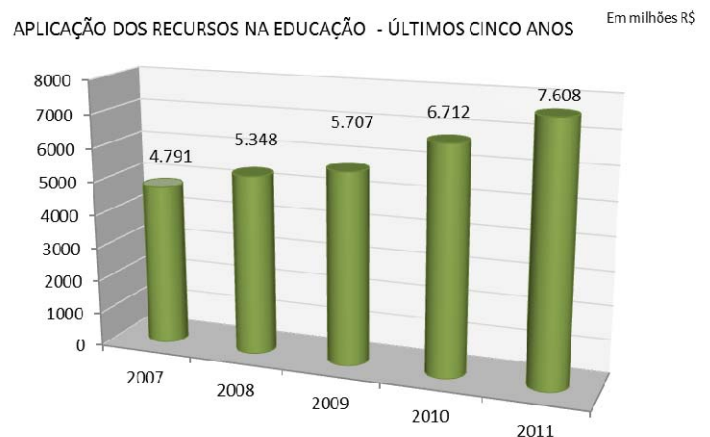
Sendo assim, a aplicação mínima seria de R\$ 7.366,8 milhões; no entanto, o Município de São Paulo aplicou R\$ 7.607,6 milhões, ou seja, R\$ 240,8 milhões além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

em reais	
<b>Demonstração de Aplicação de Recursos na Educação</b>	<b>2011</b>
1. RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	23.763.797.820,41
2. Artº 2 - Lei 13.245/01	
2.1 Aplicação Legal	5.940.949.455,10
2.2 Despesa Empenhada	7.646.426.420,57
2.3 Recursos Adicionais	994.027.480,29
2.4 Despesa Empenhada Líquida (2.2 - 2.3)	6.652.398.940,28
2.5 Percentual (2.4/1)	27,99%
3. Artº 3 - Lei 13.245/01	
3.1 Aplicação Legal	1.425.827.869,22
3.2 Despesa Empenhada	955.207.059,17
3.3 Percentual (3.2/1)	4,02%
4. Lei 13.245/01	
<b>4.1 Aplicação Legal</b>	<b>7.366.777.324,33</b>
<b>4.2 Despesa Total Empenhada Líquida (2.4 + 3.2)</b>	<b>7.607.605.999,45</b>
<b>4.3 Percentual (4.2/1)</b>	<b>32,01%</b>

Fonte: Assessoria Geral do Orçamento - Secretaria Municipal de Planejamento.

A seguir, valores e percentuais da Aplicação de Recursos na Educação nos últimos cinco anos:

Em milhões R\$		
Ano	Aplicação dos Recursos na Educação	% Gasto Educação
2007	4.791,5	32,22
2008	5.347,8	31,77
2009	5.706,6	32,18
2010	6.711,5	32,01
<b>2011</b>	<b>7.607,6</b>	<b>32,01</b>





## 14 - DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE

A despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu, no exercício de 2011, 18,89% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências constitucionais nos termos da Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, que prevê uma despesa mínima de 15% das receitas arrecadadas.

O percentual gasto atende e supera o dispositivo constitucional, uma vez que a aplicação mínima seria de R\$ 4.277,5 milhões; no entanto, a Prefeitura do Município de São Paulo aplicou R\$ 4.489,7 milhões, ou seja, R\$ 212,2 milhões além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal, conforme pode ser observado no demonstrativo a seguir:

<b>Aplicação de Recursos na Saúde</b>		Em Reais
		<b>2011</b>
<b>A. Emenda Constitucional 29/00 (Recursos do Tesouro Municipal)</b>		<b>REALIZADO</b>
A.1 - Receita decorrente dos impostos		<u>23.763.741.690,99</u>
1.1 Impostos		14.791.850.662,67
1.2 Transferências da União		228.928.368,32
1.3 Transferências do Estado		7.730.109.177,87
1.4 Outras Receitas Correntes		1.012.853.482,13
A.2 - Aplicação da Receita decorrente dos Impostos (Emenda 29/00)		<u>4.489.679.317,87</u>
2.1 SMS/FMS		3.626.931.668,60
2.2 Autarquia Hospitalar		589.220.490,31
2.3 Apropriação dos Encargos		273.527.158,96
<b>Percentual de Aplicação (A.2/A.1)</b>		<b>18,89%</b>
<b>B. Aplicações na Saúde não associados à Emenda 29/00</b>		<b>REALIZADO</b>
B.1 - Aplicações com Recursos Vinculados e do Tesouro Municipal		<u>1.666.941.265,12</u>
1.1 Aplicações com Recursos Vinculados (Federais e Estaduais)		1.492.471.734,81
1.2 Encargos, Atividades e Projetos com Recursos do Tesouro Municipal		171.471.706,17
1.3 Atividades e Projetos - Outras Fontes - 05		162.383,94
1.4 Atividades com Recursos próprios da Administração Indireta		2.835.440,20
<b>Total Geral das Despesas (A2 + B1)</b>		<b>6.156.620.582,99</b>

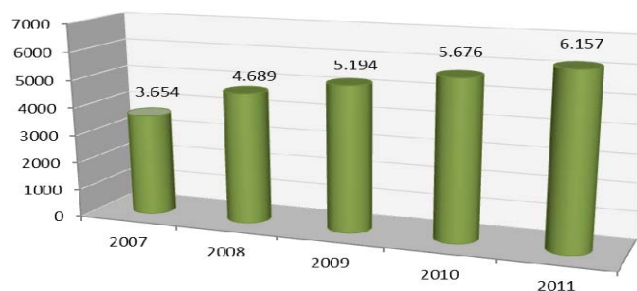
Fonte: Assessoria Geral do Orçamento - Secretaria Municipal de Planejamento.

A seguir, os valores e percentuais da Aplicação de Recursos na Saúde nos últimos cinco anos:

Ano	Em R\$ Milhões			
	Emenda 29/00	Não Associados EC 29/00	Total	% Gasto Saúde Emenda 29/00
2007	2.427,6	1.226,3	3.653,9	16,33
2008	3.272,0	1.417,3	4.689,3	19,44
2009	3.640,5	1.553,6	5.194,1	20,53
2010	4.027,1	1.648,4	5.675,5	19,21
2011	4.489,7	1.666,9	6.156,6	18,89

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA SAÚDE - ÚLTIMOS CINCO ANOS

Em milhões R\$





## 15 – PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS DO EXERCÍCIO

### 15.1 – SUFICIÊNCIA DE CAIXA

Ativo Disponível	Consolidado	IPREM	Adm. Direta e Indireta*	Obrigações Financeiras	Consolidado	IPREM	Adm. Direta e Indireta*
Caixa	22.297,77	-	22.297,77	Depósitos	1.552.263.744,21	155.837,18	1.552.107.907,03
Bancos	109.828.770,08	210.870,61	109.617.899,47	Restos a Pagar Processados	308.098.183,92	583.723,91	307.514.460,01
Bancos Contas Especiais	519.422.026,30	-	519.422.026,30	Restos a Pagar Não Processados	1.731.217.136,71	477.165,50	1.730.739.971,21
Aplicações Financeiras	4.352.917.136,04	18.099.032,62	4.334.818.103,42	Outras Obrigações Financeiras	203.787.298,85	7.206.382,92	196.580.915,93
Outras Disponibilidades	7.165.109,45	-	7.165.109,45				
Soma	4.989.355.339,64	18.309.903,23	4.971.045.436,41	Soma	3.795.366.363,69	8.423.109,51	3.786.943.254,18
<b>SUFICIÊNCIA DE CAIXA</b>					<b>1.193.988.975,95</b>	<b>9.886.793,72</b>	<b>1.184.102.182,23</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.989.355.339,64</b>	<b>18.309.903,23</b>	<b>4.971.045.436,41</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.989.355.339,64</b>	<b>18.309.903,23</b>	<b>4.971.045.436,41</b>

\* Exceto IPREM.

### 15.2 – SALDOS APURADOS

Em R\$			
2011	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Orçamentário	2.338.475.460,68	(2.232.341.326,10)	106.134.134,58
Superávit Financeiro	1.953.957.055,65	17.768.511,36	1.971.725.567,01
Primário	5.169.535.298,83	(2.249.365.540,73)	2.920.169.758,10
Patrimonial	4.334.077.437,05	(291.078.190,36)	4.042.999.246,69

## 16 - NOTAS EXPLICATIVAS - DO EXERCÍCIO DE 2011

### DOS PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS E VALORES REPASSADOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - DEPRE

Em atendimento às Determinações do TCMS/SP, quanto ao pagamento de precatórios, a PMSP vem efetuando os pagamentos dos precatórios na medida das suas disponibilidades financeiras e orçamentárias.

Foi pago em 2011 o montante de R\$ 252,4 milhões de precatórios, conforme segue:

Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos	Em R\$
Departamento de Desapropriações - DESAP	401.163,86
Departamento Fiscal – FISC	1.071.009,21
Departamento Judicial – JUD	250.977.765,78
Departamento Patrimonial – PATR	8.429,61
<b>TOTAL</b>	<b>252.458.368,46</b>

Além dos pagamentos de precatórios, foram efetuados repasses mensais ao Tribunal de Justiça – DEPRE que ao final do Exercício de 2011 totalizaram um valor de R\$ 809.802.095,20. Estes repasses foram efetuados de acordo com o Decreto nº 51.105/2009, calculados com base na Receita Corrente Líquida



(R.C.L.) Consolidada, tendo em vista a opção realizada pelo Município de São Paulo para a adoção do Regime Especial de pagamento de precatórios, instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

Assim, somando-se ainda o valor das Retenções Judiciais e os Sequestros, teremos um valor total de R\$ 1.915.680.114,85, conforme segue:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo</b>
Retenções Judiciais	135.734.088,97
Precatórios Judiciais - Sequestros	970.143.930,68
Precatórios Judiciais - EC 62/2009	809.802.095,20
<b>TOTAL</b>	<b>1.915.680.114,85</b>

Em função dos depósitos mensais serem efetuados com base na RCL, foi registrado no Ativo Permanente da PMSP valor a receber da Administração Indireta no montante de R\$ 4.453.292,67.

## 17 – RESUMO DAS PRINCIPAIS MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL EM 2011

- ✓ Monitoramento permanente da arrecadação municipal;
- ✓ Contingenciamento de recursos orçamentários objetivando a adequação das despesas ao comportamento da receita com vistas ao cumprimento das metas fiscais, mediante o estabelecimento de cotas financeiras;
- ✓ Intensificação e consolidação de ações da fiscalização tributária iniciadas em anos anteriores, para garantir desempenho favorável da arrecadação tributária municipal;
- ✓ Reabertura do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI para débitos tributários cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31/12/2009;
- ✓ Instituição do Programa Nota Fiscal Paulistana, com sorteios mensais aos consumidores de serviços que solicitarem a nota fiscal;
- ✓ Emissão da Nota Fiscal por meio de smartphones.
- ✓ Utilização de “call center” ativo para lembrança aos contribuintes das datas de vencimento de seus tributos;
- ✓ Extinção de todas as obrigações acessórias com a instituição da Nota Fiscal do Tomador de Serviço;
- ✓ Agilização dos processos de Compensação Previdenciária pelo INSS, nos processos relativos à aposentadoria dos servidores municipais;
- ✓ Ampliação da utilização do sistema de pregão eletrônico nas compras municipais;
- ✓ Intensificação do processo de cobrança de multas de posturas municipais e multas ambientais;
- ✓ Ações para melhoria e ampliação da arrecadação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD;



- ✓ Implantação de sistemática de cobrança de multas de trânsito, incluindo inscrição no Cadastro Informativo Municipal – CADIN;
- ✓ Aprimoramento da gestão de Depósitos judiciais;
- ✓ Revisão dos procedimentos de classificação e cobrança dos serviços prestados pela Autarquia Hospitalar Municipal, ao Sistema Único de Saúde – SUS;
- ✓ Manutenção das tratativas junto às esferas federais de governo para o encaminhamento de soluções que alterem os termos e condições do Contrato de Refinanciamento de Dívidas firmado pelo Município junto à União.

É o que tínhamos a apresentar à Sociedade.

Rosângela de Jesus Barros  
Diretora Técnica  
Divisão de Contabilidade

Simone Nishida Pereira  
Diretora Técnica  
Departamento de Contadoria